



COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.

Subsidiária Integral da
Companhia Paranaense de Energia - COPEL



CNPJ/MF 04.368.898/0001-06

www.copel.com/copel@copel.com

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2007

1. APRESENTAÇÃO

1.1 Mensagem da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração, contendo as principais atividades no exercício de 2007, em conjunto com as demonstrações contábeis.

Curitiba, 17 de Março de 2008.
A Administração

2. CENÁRIOS

2.1 Análise Internacional

A economia mundial apresentou crescimento significativo no primeiro semestre de 2007, apesar das ocorrências negativas nos mercados financeiros. China, Rússia e Índia tiveram uma evolução acima da média e responderam por uma parcela representativa da expansão global, seguidas por outros países emergentes e em desenvolvimento. No último quadrimestre do ano o crescimento mundial sofreu redução, devido às crises no setor financeiro, originadas pelo descumprimento nas hipotecas dos Estados Unidos e as perdas associadas nos bancos e fundos de hedge. A economia americana desacelerou neste período, com diminuição nas atividades da indústria, no emprego e no consumo.

2.2 Análise Nacional

Em 2007 o Brasil apresentou crescimento econômico mantendo a estabilidade inflacionária. Esta evolução ocorreu principalmente em função da expansão do mercado interno, com a ampliação do crédito após a queda das taxas de juros e com os ganhos reais de salário, derivados da variação cambial. A elevada liquidez internacional e os altos lucros decorrentes do aumento dos processos de fusões e aquisições das empresas provocaram uma depreciação do dólar, experimentada em escala quase global. Este processo, em conjunto com fatores tais como juros internos altos em relação aos internacionais, expressivos saldos comerciais produzidos pelas cotações recordes das commodities e a eliminação da fragilidade externa decorrente da geração de superávits em transações correntes, intensificaram a entrada de recursos externos no Brasil. O PIB do país variou 5,4% em 2007.

2.3 Análise Estadual

Após dois anos de crescimento reduzido, o Paraná apresentou recuperação na economia em 2007, voltando a crescer acima da média nacional, devido à combinação de resultados positivos dos setores agropecuário, industrial e de serviços. Segundo a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento-SEAB, a produção estimada de grãos na safra 2006/2007 deverá aumentar 23,4% em relação à temporada 2005/2006. A indústria apresentou aumento de 6,7% na produção física industrial no ano, correspondendo ao quarto melhor resultado entre as unidades da federação, devido principalmente às indústrias de veículos automotores, máquinas e equipamentos, e alimentos. As exportações do Estado, apesar da desvalorização do dólar, aumentaram 23,5%, não somente devido aos volumes comercializados, mas também devido à elevação dos preços internacionais. O setor de comércio e serviços acompanhou o crescimento dos demais setores, com acréscimo nas vendas principalmente nos ramos de hipermercados e supermercados, equipamentos de escritório e informática, e móveis e eletrodomésticos, o que torna nítido o aumento do poder de compra da população. A estimativa para a evolução do PIB do Estado em 2007 é de 6,0%.

2.4 Análise Setorial

Em 2007, principalmente a partir do segundo semestre, o setor recebeu da Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio da realização de audiências públicas, propostas que tratam da regulamentação de temas importantes, há muito aguardadas pelas empresas. Entre os principais temas está a metodologia para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, com a publicação de Notas Técnicas que detalham procedimentos regulatórios estabelecidos na Resolução Aneel nº 234/2006.

Outro tema, que deverá ser finalizado em 2008, é o aprimoramento da regulamentação que trata do fornecimento de energia elétrica, com a realização de audiências públicas que visam o aperfeiçoamento da Resolução nº 456/2000 e do Prodist - Procedimentos de Distribuição.

Quanto à comercialização de energia, observa-se a consolidação da regulamentação, com a realização, em 2007, de leilões de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes (A-1), de novos empreendimentos (A-3 e A-5) e de ajuste.

Em 2007, a Copel Distribuição participou dos leilões promovidos pela Aneel, adquirindo 23 MW médios para 2007 e 23,5 MW médios para 2008 nos leilões de ajuste. Nos leilões de energia nova foram adquiridos 18,32 MW médios no leilão de A-3 e 169 MW médios nos leilões de A-5, sendo 79,84 MW médios de fonte hidráulica e 89,16 MW médios de fontes térmicas. Além disso a empresa participou do leilão 07/07, de energia de reserva, referente à comercialização de energia da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, adquirindo 109,2 MW médios.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 Receita Operacional Líquida

Em 2007, a receita operacional líquida teve acréscimo de R\$ 310,5 milhões, representando 9,03% de aumento em relação ao exercício de 2006. Tal variação é proveniente do crescimento da receita de fornecimento de energia elétrica em 7,42%, que se deu, apesar do reajuste negativo de 1,2% em junho deste ano (no ano anterior o reajuste havia sido, em média, 5,1%), em virtude do acréscimo de 5,8% registrado no consumo faturado de energia elétrica.

3.2 Despesas Operacionais

As despesas operacionais atingiram, em 2007, R\$ 3.035,7 milhões contra R\$ 3.142,8 milhões em 2006. Tal variação decorre principalmente de:

- decréscimo de 4,85% em despesas com encargos de uso da rede elétrica, pela menor apropriação de efeitos da CVA em relação à apropriação do ano anterior;
- decréscimo de despesas com plano previdenciário e assistencial em virtude dos valores apontados no relatório atuarial para 2007, os quais verificaram ganho;
- decréscimo de 63,7% em despesas com provisões e reversões, decorrente da reversão da PCLD no valor de R\$ 32,4;
- acréscimo de 1,40% em despesas com energia elétrica comprada para revenda. Destacam-se o aumento de energia adquirida em leilão no valor de R\$ 194,2 milhões, e adquirida da Itaipu e Elejor, nos valores de R\$ 52,8 e R\$ 41,2 milhões, respectivamente, compensados pela redução de compra em Cien no valor de R\$ 116,2, pelo estorno de R\$ 100,8 referente ao acordo de Cien e a variação negativa de CVA sobre compra de energia no valor de R\$ 97,4;
- acréscimo de despesas de pessoal, justificado pelo aumento do quadro funcional de empregados e pelo acordo coletivo, que estabeleceu reajuste salarial de 5,5%;
- acréscimo de despesas com serviços de terceiros em função, principalmente, do aumento dos gastos com manutenção do sistema elétrico;
- acréscimo em despesas de depreciação e amortização decorrente principalmente da incorporação de ativos que estavam na Copel Transmissão e da entrada em serviço de novos ativos.

3.3 LAJIDA ou EBITDA

O Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA ou EBITDA, totalizou 885,9 milhões, ultrapassando em 94,8% o verificado em 2006, que foi de R\$ 454,8 milhões.

3.4 Resultado Financeiro

O resultado financeiro tem como destaques:

- receitas financeiras, com decréscimo de 12,5%, representado principalmente: pelo decréscimo de R\$ 27,5 milhões na rubrica de acréscimos moratórios sobre fatura de energia; pelo decréscimo de R\$ 17,0 milhões em rendas de aplicações financeiras; pela menor remuneração Selic sobre CVA no valor de R\$ 23,3; compensados pela maior variação monetária do IGP-DI (7,9% em 2007 e 3,8% em 2006), o qual corrige o contrato da CRC com o Governo do Estado do Paraná, no valor de R\$ 48,5 milhões.
- despesas financeiras, com decréscimo de 31,2% decorrente, principalmente, da menor apropriação de juros sobre empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 23,3 milhões, e do decréscimo de R\$ 36,2 em variações monetárias, consequência da maior valorização do real frente ao dólar (17,1% em 2007 e 8,7% em 2006).

3.5 Lucro Líquido

Em 2007, a Companhia obteve lucro líquido de R\$ 581,5 milhões, sendo 104,3% maior que o obtido no exercício anterior, de R\$ 284,7 milhões. Tal resultado proporcionou taxa de rentabilidade do patrimônio líquido de 27,9% (lucro líquido / (patrimônio líquido - lucro líquido)), representando aumento de 37,8% em relação a 2006.

3.6 Endividamento

As dívidas de curto e longo prazo sofreram variações em 2007 devido à incorporação do Passivo da Copel Transmissão no montante de R\$ 23,1 milhões, e ao ingresso de R\$ 17,0 milhões referente a saldo do Contrato Eletrobrás ECF5 0142/06. Os pagamentos ocorridos no ano totalizaram R\$ 674,7 milhões, dos quais R\$ 597,2 milhões em amortização de principal, sendo R\$ 584,4 de debêntures e R\$ 77,5 milhões em encargos, sendo R\$ 70,4 milhões de debêntures.

4. NEGÓCIOS

4.1 Atividades e área de atuação

A Copel Distribuição distribui energia elétrica a 1.116 localidades, pertencentes a 392 dos 399 municípios do Paraná, e, adicionalmente, ao município de Porto União, em Santa Catarina. A Companhia tem seu sistema de distribuição composto conforme demonstrado na tabela a seguir, na qual apresentamos dados comparativos do último exercício, com vistas a evidenciar a expansão realizada na área de distribuição de energia:

Sistema de Distribuição	2007	2006
Redes de distribuição (km)	171.524	165.757
Postes	2.353.097	2.264.214
Transformadores	322.115	315.289
Potência instalada em transformadores (MVA)	8.216	6.651
Subestações não automatizadas	27	36
Subestações automatizadas	209	199
Subestações totais (34,5 kV)	236	235
Estações de chaves	29	29
Potência instalada em subestações (MVA)	1.624	1.624
Subestações transmissoras	103	-
Linhas de Transmissão (km)	5.530	-
Consumidores da distribuição	3.437.061	3.345.315

4.2 Mercado

O consumo total do mercado cativo de energia elétrica faturada pela Copel Distribuição, em 2007, apresentou crescimento de 5,8%, totalizando 18.523 GWh contra 17.512 GWh no ano de 2006.

Nesse ano, o desempenho do mercado de energia foi influenciado principalmente pelas classes residencial, industrial e comercial, que representaram 27,8%, 33,9% e 20,1%, respectivamente, do consumo total faturado, e tal situação ocorreu, primordialmente, pelos seguintes fatores: maior disponibilidade e alongamento do crédito, queda dos juros, melhor desempenho da economia e aumento da renda, que estimulam o consumo em geral, em especial a aquisição e uso de equipamentos consumidores de eletricidade.

Em 2007, foram incorporadas 91.746 ligações ao sistema da Companhia, sendo 75.961 residenciais, 2.092 industriais, 7.488 comerciais, 5.098 rurais e 1.107 de outras classes. Em dezembro de 2007, foram faturados 3.437.061 consumidores, dentre os quais 2.713.463 residenciais, o que representa acréscimo de 2,9% em relação ao ano anterior, representando crescimento de 2,7% em relação ao total de 2006. O setor residencial, que participou com 27,8% do mercado da Copel Distribuição, consumiu, em 2007, 5.143 GWh, representando crescimento de 6,6% comparativamente a 2006. O consumo médio por consumidor residencial foi de 157,9 kWh/mês, registrando aumento de 3,6% em relação ao ano anterior. As temperaturas médias registraram patamares superiores a 2006, contribuindo para o crescimento do consumo dessa classe.

O consumo industrial faturado pela Copel Distribuição, que participou com 33,9% do total, apresentou, em 2007, variação de 4,3%, atingindo 6.278 GWh. Os ramos de atividade industrial que mais se destacaram foram os de produtos têxteis, de papel, papelão e celulose, e de alimentos e bebidas.

Com aumento de 9,2% em relação ao consumo de 2006, a classe comercial apresentou, em 2007, a maior taxa de crescimento dentre as principais classes de consumo, totalizando 3.722 GWh. Ressalta-se que esta classe representou cerca de 20,1% do consumo total de energia e nela estão classificados, além dos estabelecimentos dos comércios varejista e atacadista, amplo e variado elenco de atividades econômicas (de serviços de hospedagem e alimentação a serviços bancários).

A classe rural, que participou com 6,4% do mercado da Copel Distribuição, apresentou aumento de 8,2% no consumo faturado, totalizando 1.522 GWh em 2007. O consumo médio rural acresceu 4,7% em relação a 2006, atingindo 380,2 kWh/mês. Em dezembro de 2007, foram faturados 333.567 consumidores rurais, 1,6% superior ao verificado no ano anterior.

As demais classes de consumo representadas pelos Poderes Públicos, Iluminação Pública, Serviços Públicos e Próprio, complementam o mercado de energia elétrica da Copel Distribuição. Com 10,0% de participação, estas classes apresentaram crescimento de 1,7%, consumindo 1.858 GWh em 2007.

Classes	Consumo (GWh)				Unidades Consumidoras			
	2007	2006	Varição %	Participação % 2007	2007	2006	Varição %	Participação % 2007
Residencial	5.143	4.826	6,6%	27,8%	2.713.463	2.637.502	2,9%	78,9%
Industrial	6.278	6.021	4,3%	33,9%	58.778	56.686	3,7%	1,7%
Comercial	3.722	3.407	9,2%	20,1%	286.451	278.963	2,7%	8,3%
Rural	1.522	1.431	6,4%	8,2%	333.567	328.469	1,6%	9,8%
Outras	1.858	1.827	1,7%	10,0%	44.802	43.695	2,5%	1,3%
 Mercado Faturado	18.523	17.512	5,8%	100,0%	3.437.061	3.345.315	2,7%	100,0%
Concessionárias	474	458	3,5%	-	-	-	-	-

4.3 Revisão tarifária periódica

A Resolução Homologatória Aneel nº 479, de 19.06.2007, estabeleceu as novas tarifas de fornecimento de energia elétrica da Copel Distribuição aplicadas a partir de 24.06.2007, considerando o reajuste total médio de 1,22% negativo. Esse índice incorpora os percentuais do Índice de Reajuste Tarifário - IRT de 2,24% e os componentes financeiros externos ao reajuste anual de 3,46% negativo. O resultado decorre da variação da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC entre o ciclo tarifário anterior e o ciclo atual de 38,65% negativo e da CVA - Conta de Variação de Itens da Parcela A deste componente de R\$ 72,2 milhões negativos.

4.4 Realinhamento Tarifário

As tarifas de energia elétrica estão passando por processo de abertura e realinhamento tarifário (5ª e última etapa), conforme dispõe o Decreto nº 4.667, de 04.04.2003. No reajuste de junho de 2007 a Aneel cumpriu a última etapa do realinhamento tarifário determinado, visando reduzir os subsídios cruzados entre os diversos grupos de consumo. Assim, os reajustes médios aplicados foram maiores nos grupos tarifários de alta tensão (0,94%) e menores nos grupos de baixa tensão (-1,89%). No entanto, comparando as tarifas aplicadas anteriormente com as vigentes, os efeitos médios a serem percebidos nas faturas dos

consumidores serão negativos, em média, de 0,21% no grupo de alta tensão e de 2,04% no grupo de baixa tensão.

4.5 Revisão Tarifária da Copel Distribuição em 2008

A Resolução Normativa nº 234/2006, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição, está em audiência pública. Segundo informações da Aneel, a Copel Distribuição, que está em processo de revisão tarifária, terá as novas regras aplicadas já neste segundo ciclo, de modo que a revisão tarifária seja definitiva. Ao contrário das demais distribuidoras, para as quais a revisão tarifária ficou limitada às adições e baixas ocorridas entre o primeiro e o segundo ciclo, no processo de revisão tarifária da Copel Distribuição serão considerados os ativos de 69kV e 138 kV oriundos do processo de cisão da Copel Transmissão S.A. Em 31.12.2007, a empresa avaliadora dessa base concluiu o trabalho de levantamento de campo dos ativos, dentro do cronograma.

4.6 Política de atendimento

Os diversos canais de acesso disponibilizados pela Companhia para seus clientes são criados com base em segmentação do mercado consumidor definida pelo órgão regulador, bem como em consideração de suas preferências e necessidades, da complexidade e do tipo de atendimento, e das estratégias da Companhia. O objetivo é agregar qualidade e agilidade na prestação de orientações e no atendimento a solicitações, sugestões e reclamações de nossos consumidores. Os canais estão listados no site da Companhia www.copel.com.

A central de atendimento telefônico (0800 51 00 116), como principal canal de acesso, realizou, em média, 670.000 atendimentos/mês em 2007, sendo que nas 106 unidades de atendimento personalizado registramos 121.000. Esses dois canais representaram 92% dos atendimentos realizados nesse ano. O atendimento telefônico possui sistema de gestão da qualidade certificado pela NBR ISO 9001, que está sendo ampliado, também, para o atendimento personalizado. Para segmentos específicos, como clientes de alta tensão, a Companhia disponibiliza atendimento diferenciado com teleatendentes especializados (0800 643 7575). Grandes clientes industriais e comerciais têm como principais canais de acesso analistas comerciais de negócios, os quais são capacitados para prestar atendimento comercial e técnico personalizado, e o Centro de Operação da Distribuição - COD, para emergências relacionadas a fornecimento de energia.

Entre as ações implementadas na busca do atendimento a necessidades dos clientes, salientamos: a) a capacitação de atendentes no idioma de sinais Libras e; b) a adoção do posto de atendimento móvel para comunidades mais distantes dos grandes centros e localidades que não possuem unidade de atendimento personalizado. Tal posto de atendimento, além de proporcionar atendimento comercial, divulga informações sobre uso seguro e eficiente de energia, programas sociais e direitos e deveres dos consumidores.

No âmbito do atendimento a necessidades dos clientes, cabe-nos destacar, ainda, que a Copel Distribuição é pioneira no setor elétrico brasileiro em promover arrecadações para entidades que prestam serviço a comunidade através de sua fatura de energia. A primeira entidade a usufruir deste serviço foi a Pastoral da Criança, em 1998. Hoje, a política beneficia um total de 67 entidades. Para se candidatar, a entidade deve ter caráter assistencial ou ser de interesse coletivo, não ter fins lucrativos e apresentar a documentação requerida.

A Copel Distribuição possui banco de dados de informações sobre clientes que são tratadas confidencialmente, através de sistemas, processos e procedimentos que garantem sua privacidade. Está em desenvolvimento a revitalização tecnológica dos sistemas que compõem esse banco de dados, para manutenção de sua confiabilidade e aperfeiçoamento da gestão do relacionamento com os clientes dos vários segmentos.

A satisfação dos clientes é monitorada pelas pesquisas de opinião realizadas anualmente. Para o segmento residencial, as pesquisas realizadas nas edições anuais dos prêmios da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica - Abradee, da qual a Copel Distribuição é associada, registraram 85,2% de clientes satisfeitos. Já as da Aneel contabilizaram 74,4%.

Esses resultados vêem demonstrando significativos avanços na satisfação dos clientes desse segmento. Para os demais segmentos, os percentuais de satisfação dos clientes foram os seguintes: clientes rurais, 83,0%; poderes públicos/prefeitos, 88,8%; grandes clientes, 90,0%; atendidos em alta tensão, 82,6%. Para o serviço de atendimento telefônico, é realizada pesquisa de satisfação anual, tendo o último resultado demonstrado que 92,0% dos clientes estão satisfeitos. As oportunidades de melhorias identificadas para cada segmento são analisadas por grupos multidisciplinares, que propõem ações a serem implementadas, visando o nível de excelência na satisfação dos clientes.

4.7 Copel Distribuição em Números

	2007	2006	▲ % 2007/2006
Financeiros - R\$ milhões			
Receita operacional ou vendas brutas	5.929,6	5.655,3	4,8
Receita operacional líquida ou vendas líquidas	3.750,3	3.439,8	9,0
LAJIDA ou EBITDA	885,9	454,8	94,8
Lucro líquido	581,5	284,7	104,3
Patrimônio líquido	2.663,9	1.689,3	57,7

Indicadores econômico-financeiros	2007	2006	▲ % 2007/2006
Liquidez corrente (índice)	1,3	0,8	72,1
Liquidez geral (índice)	1,3	1,2	6,3
Margem operacional do serviço (%)	19,1	8,6	122,1
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	27,9	20,3	37,7
Lucro por lote de mil ações - R\$	267,7	177,1	51,1
Valor patrimonial por lote de mil ações - R\$	1,2	1,1	14,2
Dívida sobre o patrimônio líquido (%)	30,4	44,4	(31,5)

Atendimento	2007	2006	▲ % 2007/2006
Fornecimento de energia (mercado cativo) - Participação Nacional (%)	6,8	6,7	1,5
Fornecimento de energia (mercado cativo) - Participação na Região Sul (%)	34,2	33,9	0,9
Unidades consumidoras	3.437.061	3.345.315	2,7
Empregados	6.476	5.826	11,2
Consumidores por empregado	531	574	(7,5)
Municípios atendidos	393	393	-
Localidades atendidas	1.116	1.111	0,5
População total atendida (em milhares de habitantes)	9.974	9.822	1,5
- Urbana	8.578	8.411	2,0
- Rural	1.396	1.411	(1,1)

Mercado	2007	2006	▲ % 2007/2006
Área de concessão (km ²)	194.854	194.854	-
Mercado Faturado de Energia (GWh)	18.523	17.512	5,8
Tarifa média anual de fornecimento (R\$/MWh)	207,48	215,60	(3,8)
- Residencial (inclui a subvenção baixa renda paga pelo Governo Federal)	254,65	271,79	(6,3)
- Industrial (exclui o uso do sistema (consumidores livres))	181,38	185,83	(2,4)
- Comercial	226,67	233,60	(3,0)
- Rural	150,54	158,61	(5,1)
DEC (horas, centesimal de hora)	14,67	14,79	(0,8)
FEC (número de interrupções)	13,27	13,65	(2,8)

Operacionais	2007	2006	▲ % 2007/2006
Subestações não-automatizadas	27	36	(25,0)
Subestações automatizadas	209	199	5,0
Subestações transmissoras	103	-	-
Potência instalada em subestações (MVA)	1.624	1.624	-
Transformadores	322.115	315.289	2,2
Potência instalada em transformadores (MVA)	8.216	6.651	23,5
Redes de distribuição (km)	171.524	165.757	3,5
Linhas de transmissão (km)	5.530	-	-
Nº de postes	2.353.097	2.264.214	3,9

5. RECURSOS HUMANOS

Todo o quadro próprio da Copel Distribuição é contratado por meio de concurso público, com ampla possibilidade de participação de brasileiros natos ou naturalizados, independente de gênero, raça ou crença. A Companhia destina vagas em seus concursos públicos para candidatos portadores de necessidades especiais e afrodescendentes. Em 2007, foram destinados 5% das vagas para cargos de natureza administrativa passível de preenchimento por portadores de necessidades especiais.

A retomada do crescimento do número de empregados próprios, a partir de 2003, reflete a decisão de não mais se privatizar a Companhia, de recompor seu quadro próprio para atender à efetiva demanda reprimida de trabalho crescente e de primarizar serviços essenciais e diretamente ligados aos negócios, os quais haviam sido anteriormente terceirizados.

5.1 Treinamento e Desenvolvimento

A Copel Distribuição possui um comitê de treinamento e desenvolvimento formado por representantes de todas as áreas da Companhia, sendo responsável por decisões estratégicas relacionadas a treinamento e desenvolvimento, como programas de pós-graduação, institucional, participações em eventos no exterior, entre outros.

Adicionalmente, a Copel Distribuição aplica consistente política em relação à formação de seus empregados, com investimentos significativos em cursos de pós-graduação e incentivo ao seu autodesenvolvimento, por meio de programa de auxílio-educação.

5.2 Política Salarial

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Companhia, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação dos Empregados nos Lucros e/ou Resultados - PLR). A Companhia e a comissão especialmente constituída para a participação dos empregados nos lucros e/ou resultados, obtiveram avanços significativos no transcorrer das negociações, com o estabelecimento de metas empresariais, renegociadas em 2007. O Plano de Cargos e Salários da Copel Distribuição foi reestruturado de maneira a refletir a realidade ocupacional na Companhia. Ele serve de referência para a remuneração fixa, buscando a comparação dos salários pagos pela Companhia com valores de mercado e aplicação da política salarial.

5.3 Benefícios

Dentre os benefícios concedidos diretamente pela Companhia a todos os empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação, abono de férias, auxílio-alimentação e refeição, auxílio-creche, auxílio a portadores de necessidades especiais, além de outros possibilitados pelo convênio existente entre a Companhia e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Outro conjunto de benefícios, concedidos pela Companhia e administrados pela Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, do qual a Copel Distribuição é mantenedora, são: plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial, e amplo plano de assistência médico-hospitalar e odontológica, dentre os melhores oferecidos pelo mercado.

5.4 Liberdade de Associação e Negociação Coletiva

A totalidade dos empregados da Copel Distribuição é representada nas relações de trabalho com a Companhia por meio de sindicatos independentes. A legislação brasileira estabelece que essas entidades podem organizar-se por categoria e base territorial (município).

A Companhia mantém estreito relacionamento com todas as entidades representativas dos empregados: sindicatos de categorias de base (eletricitários) e categorias profissionais e/ou diferenciadas. A direção sindical tem livre acesso às gerências locais e a todas as instalações da Companhia, a fim de levar aos empregados as comunicações de seu interesse, além de dispor de canal formal direto com a área de recursos humanos.

A Copel Distribuição envida esforços no sentido de levar ao conhecimento prévio dos empregados as mudanças significativas em sua operação, sempre com a maior antecedência possível, como no caso da migração de parte das atividades de transmissão (mudança de ativos) para a Diretoria de Distribuição e, conseqüentemente, a transferência de empregados. Nesse caso, o tema foi discutido com as entidades sindicais, bem como amplamente informado aos empregados em inúmeras reuniões.

5.5 Programas e Campanhas Corporativos de Segurança e Saúde

Fatores que têm influência na saúde e segurança são identificados e tratados através de programas corporativos específicos, dentre os quais destacamos:

- Programa de Prevenção ao Risco Ambiental - PPRa;
- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO;
- Campanha Permanente de Segurança e Saúde "Dê Preferência à Vida";
- Programa de Ginástica Laboral e de Condicionamento Físico;
- Programa de Gestão de Segurança e Saúde - GSS;
- Programa "Caça ao Risco" e Portal de Segurança e Saúde, o qual registra quase-acidentes e situações de risco nas instalações da Companhia e na rede elétrica externa, que possam comprometer a segurança dos empregados próprios ou contratados ou da comunidade. Aplicativo específico do programa está disponível a todos os empregados da Companhia por meio do Portal de Segurança e Saúde, na Intranet, possibilitando o controle e acompanhamento dos registros e das ações corretivas implementadas; e
- Programa para Regularização de Situações de Riscos na Rede Elétrica de Distribuição de Energia, o qual consiste no estabelecimento de critérios de ação para melhorar as condições de trabalho dos eletricitistas da Companhia.

6. INVESTIMENTOS

O programa de investimentos para 2008 foi aprovado pela 119ª reunião ordinária do Conselho de Administração da Controladora, realizada em 27.12.2007.

Abaixo demonstramos os valores realizados em 2006 e 2007 e a previsão de investimentos para 2008, abrangendo o ativo imobilizado e o ativo intangível:

Valores em R\$ Milhões	Realizado 2006	Realizado 2007	△% 2007-2006	Previsto 2008
Programa de Investimento	284,5	380,1	33,6	487,3

7. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

7.1 Programa de Eficiência Energética - PEE

A Copel Distribuição desenvolve anualmente o Programa de Eficiência Energética - PEE, em atendimento ao contrato de concessão para distribuição de energia elétrica e à Lei nº 9.991/2000, por meio do qual são aplicados recursos financeiros em projetos que têm como objetivo a promoção da eficiência energética no uso final da energia elétrica.

Os critérios de investimento e tipos de projetos permitidos são estabelecidos pela Aneel e abrangem clientes do segmento residencial, industrial, comercial e poder público, com ações que contemplam a melhoria da eficiência energética dos principais usos finais de energia elétrica, tais como iluminação, força motriz, refrigeração e condicionamento de ar. Em 2007, a Copel Distribuição realizou ações no âmbito do PEE dirigidas a comunidades de baixa renda, a municípios paranaenses de baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, instituições filantrópicas/assistenciais, educacionais, unidades industriais/comerciais, e prédios públicos municipais, estaduais e federais.

Ilustramos a seguir dados dos projetos de eficiência energética realizados em 2007, assinalando o montante de energia economizada:

Projetos de Eficiência Energética: Áreas de Atuação	Energia Economizada		Ação Implementada
	MWh/ano	GJ ¹⁰ /ano	
Comunidades de baixa renda	30.643,75	110.317,50	substituição de lâmpadas e refrigeradores em unidades consumidoras residenciais classificadas como baixa renda
Iluminação pública	13.523,69	48.685,28	uso de tecnologias mais eficientes em sistemas de iluminação pública
Comércio e serviços	2.091,48	7.529,33	uso de tecnologias mais eficientes em sistemas de iluminação, ar condicionado e aquecimento de água
Industrial	6.230,72	22.430,59	uso de tecnologias mais eficientes em sistemas de iluminação e força motriz
Poderes públicos	338,77	1.219,57	uso de tecnologias mais eficientes em sistemas de iluminação
Total	52.828,41	190.182,27	

¹⁰GJ unidade de energia giga-joule

7.2 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Científico - P&D

Em cumprimento à Lei nº 9.991/2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento por parte das empresas concessionárias, permissionárias e

autorizadas do setor de energia elétrica, a Companhia investiu, em 2007, em 29 projetos relativos aos ciclos 2004/2005. Mais detalhes na Nota Explicativa 24.

8. PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

A gestão ambiental corporativa da Copel Distribuição está estruturada para dar respostas aos desafios de levar a Companhia a ser referência em sustentabilidade.

A atuação da área de meio ambiente da Copel Distribuição se dá de forma matricial, por meio de comitês, programas e projetos, encontrando-se o processo de gestão dividido em quatro blocos, que têm por objetivo:

- Institucional: integrar processos de forma sistêmica e realizar representação institucional;
- Legal: direcionar proativamente processos internos, com vistas ao cumprimento da legislação ambiental;
- Sustentabilidade: construir tripé de sustentabilidade da Copel Distribuição, formado pelas áreas ambiental, social e econômica da Companhia, com alinhamento ao seu referencial estratégico;
- Pesquisa & Desenvolvimento (P&D), Ciência & Tecnologia e inovação (C&T): direcionar processos internos da Companhia para a sustentabilidade, com vistas à busca de novas fontes de energia renováveis para diversificação da matriz energética.

Os principais marcos do desempenho da área de meio ambiente da Copel Distribuição em 2007 foram:

- Elaboração do planejamento estratégico, com a organização da Gestão Ambiental para a Sustentabilidade, e incorporação dessas políticas e estratégias nos processos, produtos e serviços de responsabilidade da Companhia;
- Formação de parcerias com municípios para planejamento adequado da arborização urbana, de poda e de substituição de árvores.

8.1 Preservação Ambiental

A Copel Distribuição, conforme a Resolução nº 456/2000 da Aneel, não realiza ligações de energia elétrica em áreas de proteção ambiental, sejam elas federais, estaduais ou municipais. Os órgãos ambientais têm papel relevante nesse sentido, visto que eles são consultados pela Companhia previamente à execução da ligação solicitada naquelas áreas, sendo-lhes também requerido anuência para ligação de energia em unidades com atividades consideradas potencialmente poluidoras, conforme determina a legislação vigente.

A Copel Distribuição mantém o Manual de Instruções Técnicas - Meio Ambiente (MIT 164001) que apresenta procedimentos a serem seguidos pela Companhia para assegurar o mínimo impacto possível ao meio ambiente no desenvolvimento de suas atividades. Para atender às disposições da Lei Sarbanes-Oxley, a área de meio ambiente responsável pelos processos de distribuição, vem adotando medidas que garantem maior confiabilidade aos controles internos. Para tanto, foram elaborados macrofluxogramas dos processos de maior impacto, com identificação de controles deficientes, ineficazes ou inexistentes, o que resulta em melhoria de gestão.

8.2 Programas Socioambientais

8.2.1 Arborização Urbana

Devido aos impactos causados pelas podas de árvores, ação necessária para garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica, a Copel Distribuição mantém o Programa Socioambiental de Arborização Urbana, que foi aprovado pela Diretoria no final de 2006. Os procedimentos definidos pela Companhia para avaliação da execução das medidas compensatórias exigidas pelos órgãos ambientais estão descritos no Manual de Instruções Técnicas - Meio Ambiente (MIT 164001).

O objetivo é firmar convênios com os municípios para que estes adotem procedimentos adequados para a gestão da arborização urbana, elaborando projetos com as mudas fornecidas pela Companhia. Com o objetivo de reduzir conflitos entre a arborização e a rede de distribuição de energia, foram iniciados, em outubro de 2007, entendimentos com o Instituto Árvore, entidade de interesse público criada em Maringá, uma das cidades mais arborizadas do Paraná, especialmente para a substituição de árvores e o fornecimento de mudas adequadas à arborização urbana. Em dezembro de 2007, iniciaram-se igualmente negociações para convênio de arborização com o município de Curitiba.

8.2.2 Gestão Corporativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa

No segundo semestre de 2007, foi instituído o Programa de Gestão Corporativa de Gases de Efeito Estufa, com os seguintes objetivos principais:

- Inventariar as emissões de gases de efeito estufa no âmbito da Companhia;
- Avaliar e propor mecanismos de redução/neutralização de emissões pela Companhia;
- Identificar e encaminhar novas oportunidades de projetos com potencial para qualificação no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL;
- Criar ferramentas internas de compensação;
- Incentivar inovação em tecnologia e processos, com foco na redução de emissões; e
- Prestar apoio à continuidade relativamente a potenciais projetos identificados.

8.3 Outras Ações / Controles Ambientais

8.3.1 Utilização de Água

As atividades inerentes aos negócios da Copel Distribuição não interferem nas áreas úmidas listadas pela Convenção Ramsar (1971), que trata da conservação e uso racional de zonas úmidas, assim como o consumo de água pela companhia não afeta significativamente ecossistemas e habitats naturais.

8.4 Biodiversidade: Áreas Sensíveis e Unidades de Conservação

A Copel Distribuição considera como áreas sensíveis aquelas que devem ser prioritárias nos processos de conservação ambiental, bem como as demais onde se deve estabelecer restrição na utilização, podendo ser consideradas: áreas de preservação permanente, definidas pelo Código Florestal Brasileiro, através da Lei nº 4.771/65, e alterações subseqüentes (Lei nº 7.803/89, Medida Provisória 2166-67/2000, Resoluções CONAMA 302 e 303/2002); e unidades de conservação, que englobam tanto unidades de proteção integral, estações ecológicas, reservas biológicas, parques nacionais, monumentos naturais e refúgios da vida silvestre, quanto as de uso sustentável, aqui incluídas Áreas de Proteção Ambiental - APAs, dentre outras, definidas pela Lei nº 9.985/2000.

A Copel Distribuição não efetua ligações de energia elétrica em áreas protegidas sem que o consumidor apresente a devida anuência do órgão ambiental.

Assim, que a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos concluir o Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE, a Companhia realizará estudos para identificar as possíveis áreas da Companhia que possam estar enquadradas neste zoneamento.

A Copel Distribuição conta com técnicos florestais nas unidades regionais de distribuição, os quais atuam na orientação das atividades de manutenção e de novos projetos ligados ao meio ambiente. A Companhia busca obter licenciamento ambiental, conforme determina a legislação vigente, e, conseqüentemente, reduzir os riscos de autuações ambientais, melhorando a qualidade dos trabalhos executados.

O impacto ambiental da atividade de distribuição de energia elétrica não apresenta grau significativo em escala regional. Ao longo da história da Companhia, tem sido necessário o corte de vegetação para ampliação da rede de distribuição. Para tanto, sempre são priorizadas áreas marginais às vias de acesso e locais já antropizados. Pelos benefícios sociais, econômicos e ambientais gerados para o Paraná, possível impacto pode ser considerado pouco significativo, o que justifica os órgãos ambientais não exigirem licença prévia, de instalação e de operação para a atividade de distribuição de energia elétrica em condições inferiores a 230 kV.

8.5 Levantamento de Riscos e Passivos Ambientais

Compondo o processo de avaliação dos riscos e passivos ambientais da Companhia, em 2007 foram realizados mapeamento e priorização de acompanhamento dos riscos e passivos ambientais oriundos dos processos de distribuição de energia. A avaliação dos potenciais riscos e passivos do negócio relacionados ao cumprimento da legislação ambiental vigente converte-se em ferramenta de grande valia na gestão da Companhia, contribuindo para a racionalização das ações a serem desenvolvidas nas diversas áreas.

8.6 Comunicação Socioambiental

Considerando o cresoente nível de conscientização da população e a necessidade de maior transparência nas ações da Companhia, e com o objetivo de contribuir para o diálogo com a população, foi implementado Programa de Comunicação Socioambiental específico para as comunidades influenciadas pelos empreendimentos da Companhia, que disponibiliza canais permanentes de comunicação, assegurando acesso às informações necessárias.

8.7 Política de Relacionamento com Órgãos Ambientais

A Copel Distribuição buscou, ao longo de 2007, estreitar relacionamento com órgãos ambientais licenciadores e fiscalizadores, com o objetivo de reduzir o tempo de análise de

projetos protocolados. Com esse procedimento, foram notadas melhorias na agilização de processos encaminhados para avaliação.

8.8 Destinação Final de Resíduos

Em 2007, discutiu-se a necessidade de remodelação do Sistema de Classificação de Materiais - SCM, que contém 25.000 itens cadastrados com elevado número de especificações para um mesmo tipo de material, o que caracteriza alta complexidade na padronização de dados, sendo um dos principais exemplos os transformadores de voltagem de energia elétrica.

Para os materiais aplicados no setor de energia elétrica, a variável técnica é altamente relevante devido à necessidade de disponibilização e manutenção da qualidade da rede de energia elétrica. Considerando este aspecto, o uso de materiais provenientes de reciclagem, como cabos de alumínio e cobre reindustrializados, óleo mineral isolante regenerado e papel reciclado, é incipiente.

A coleta seletiva corporativa encontra-se em avanço na Companhia, por meio de parcerias com prefeituras municipais, e é reforçada com ações internas de sensibilização e comunicação ambiental periódicas.

O Projeto de Recolhimento de Lâmpadas Fluorescentes Compactas - LFCs, ação no âmbito do Programa de Eficiência Energética da Copel Distribuição, é dirigido aos consumidores residenciais monofásicos, classificados como baixa renda, beneficiários dos programas sociais do Governo Federal, com consumo médio mensal de até 220 kWh e que foram contemplados pelos projetos de substituições de lâmpadas no ciclo 2006/2007. Tem como objetivo esclarecer e orientar estes consumidores quanto aos procedimentos de recolhimento de LFCs e oferece condições para seu descarte ambientalmente correto.

8.9 Educação Ambiental

Público Interno

O Programa de Educação Ambiental para a Sustentabilidade insere-se no atendimento à missão da Companhia e tem como objetivo estimular a percepção abrangente dos empregados acerca de sua conexão com o meio em que vivem, inspirando-os a comportamentos responsáveis e ambientalmente sustentáveis na sociedade em geral.

A Copel Distribuição participa da Agenda Unificada, por meio de parceria com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente - Sema, Instituto Ambiental do Paraná - IAP, Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar e demais órgãos estaduais, promovendo atividades externas em datas comemorativas, com o objetivo de dar visibilidade a seus programas ambientais e proporcionar contato direto com as demais partes envolvidas (comunidade, sociedade, clientes e consumidores em geral). A integração com a realização de eventos nas SIPATs - Semanas Internas de Prevenção de Acidentes de Trabalho, com temas que abordam a questão ambiental, constituem práticas de educação ambiental realizadas em 2007.

Colaboradores Terceirizados

O Programa de Sensibilização Ambiental tem a missão de motivar mudança comportamental dos trabalhadores em obras da Companhia e visa ampliar sua consciência, tornando-os mais responsáveis quanto às conseqüências de suas ações profissionais e pessoais para a vida do Planeta, além de provocar reflexões quanto aos impactos ambientais gerados pelas obras dos empreendimentos e formas de minimizá-los.

Poderes Públicos

Em novembro de 2007, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Sedu, realizamos treinamento junto a gestores municipais, através do curso "Árvore certa no lugar certo", dirigido a 85 profissionais de 50 prefeituras da região oeste do Paraná, iniciativa integrada ao Programa Estadual de Qualificação de Servidores Municipais.

Comunidade

A Copel Distribuição, em parceria com o Consórcio para Proteção Ambiental do Rio Tibagi - Copati, e com o apoio de municípios do Estado, implementou o Programa de Educação Ambiental Pingo D'água, alcançando a marca de 30 mil alunos e 2 mil educadores participantes em 2007, o que beneficiou diretamente 35 municípios da bacia do rio Tibagi. O programa tem como objetivo o desenvolvimento da percepção dos envolvidos, mostrando-lhes conseqüências de atitudes e posturas ambientais. Foram capacitados educadores das quartas séries das escolas municipais para trabalhar, com segurança, as questões ambientais com seus alunos e a comunidade, incentivando-os a desenvolver trabalhos de campo ligados à utilização racional da água e à disposição correta dos resíduos. Além disso, foram desenvolvidos peças teatrais, passeatas, jornais e panfletos com temas ambientais, reflorestamento, exposições e diversas outras atividades, que contribuíram para a formação e a transformação de comunidades inteiras acerca da preservação do meio ambiente.

8.10 Projetos de P&D Voltados ao Meio Ambiente

8.10.1 Estudos para Minimização dos Custos de Manutenção sob Linhas de Distribuição

Ao longo de 2007, a Copel Distribuição acompanhou projeto, contratado junto ao Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – Lactec, para avaliar possibilidades de utilização das áreas de servidão sob as linhas de distribuição. Tal estudo considerou as variáveis ambientais, econômicas, de saúde e de segurança dos empregados envolvidos, estabelecendo comparativo entre a roçada convencional, plantio de espécies nativas de baixo crescimento e de espécies agrícolas.

8.10.2 Projetos de Biorremediação de Áreas Contaminadas por Óleo Mineral Isolante

Derramamentos por óleo mineral isolante não são significativos no âmbito da Copel Distribuição, pois ocorrem de forma pontual, em função de defeitos em equipamentos ou em casos de furto de transformadores. As ocorrências de tais defeitos são atendidas por equipes de emergência e manutenção de redes, que utilizam equipamento padronizado para evitar derramamento da substância durante a retirada e transporte.

Ao longo de 2007, tiveram continuidade projetos de recuperação ambiental de áreas contaminadas por óleo mineral isolante, mediante tratamento de biorremediação. Os casos constatados de contaminação estão servindo como base de desenvolvimento de metodologia de atuação para remediação de eventuais ocorrências futuras. O processo envolve uso de bactérias que utilizam hidrocarbonetos em seu ciclo, transformado-os em substâncias sem toxicidade, descontaminando, assim, a área.

8.11 Gestão de Multas, Termos de Compromisso e Notificações Ambientais

A Copel Distribuição mantém acompanhamento de todas as multas, termos de compromisso e notificações ambientais recebidos, por meio de sistema de gestão que possibilita, além do cumprimento das obrigações legais, redução dos valores de multas administrativas impostas, bem como minimização de riscos de enquadramentos criminais de empregados e gestores.

9. POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Para atendimento a obras no âmbito do Programa Luz para Todos, obtivemos através da Eletrobrás, em 2007, liberação do valor de R\$ 30 milhões.

Em 27.02.2007, foi aprovado pela Aneel o contrato de mútuo a ser firmado entre a Controladora (mutuante) e Copel Distribuição (mutuária), no valor de R\$ 1.100.000. O prazo definido é de 5 anos, com juros de 104% da taxa DI, sendo que os recursos serão destinados ao programa de investimento da concessão e ao pagamento das debêntures repassadas a Copel Distribuição, com vencimento em 1º.03.2007. O saldo em 31.12.2007 é de R\$ 683.052.

10. POLÍTICA DE DIVIDENDOS/DESTINAÇÃO DOS LUCROS

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de, no mínimo, 30% do lucro líquido após a constituição das reservas exigidas pelo artigo 202 da lei nº 6.404/76.

11. RELACIONAMENTO COM AUDITORES

11.1 Auditoria Interna

A Auditoria Interna da Copel Distribuição tem suas atividades orientadas segundo as normas estabelecidas pelo Institute of Internal Auditors - IIA e pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil - Audibrá, segundo as quais a auditoria interna auxilia a organização a alcançar seus objetivos através da aplicação de abordagem sistemática e disciplinada para avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controle e de governança corporativa.

No âmbito do gerenciamento de riscos e controles, a Auditoria Interna auxilia a organização na identificação e na avaliação de exposições significativas a riscos, contribuindo para a melhoria contínua e a manutenção desses sistemas.

Relativamente a governança corporativa, tais normas estabelecem que a Auditoria Interna

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

1 Contexto Operacional

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição, Companhia) explora a distribuição e a comercialização de energia em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica, proveniente de combustíveis e de matérias-primas energéticas. Distribui energia elétrica a 1.116 localidades, pertencentes aos 392 dos 399 municípios no Estado do Paraná, e também ao município de Porto União, no Estado de Santa Catarina.

2 Concessões

A Copel Distribuição detém junto a Aneel, as seguintes concessões:

Área de concessão	Data de Concessão	Vencimento
Regional Noroeste	jun/99	jul/15
Regional Oeste	jun/99	jul/15
Regional Leste	jun/99	jul/15
Regional Centro-Sul	jun/99	jul/15
Regional Norte	jun/99	jul/15

Contrato de concessão número 046/99, tendo cláusula de prorrogação da concessão.

3 Incorporação

Em cumprimento à legislação do setor elétrico brasileiro e aprovação da operação pelo poder concedente, através da Resolução Autorizativa nº 1.120/2007 de 27.11.2007, em 30.11.2007 ocorreu a cisão da Copel Transmissão S.A., tendo os ativos de tensão igual a 69 kV e 138 kV sido transferidos para a Copel Distribuição S.A. e aqueles de tensão igual ou superior a 230 kV para a Copel Geração S.A., que alterou sua denominação para Copel Geração e Transmissão S.A..

A data base da operação ocorreu em 31.10.2007, sendo aprovado em assembléia de acionistas conforme 8ª Assembléia Geral Extraordinária de 30.11.2007.

Essa reorganização societária atende exigências legais, é parte do processo de implantação das melhores práticas de governança corporativa no grupo Copel, simplificação a estrutura acionária do grupo, o que propicia racionalização de recursos e benefícios de ordem administrativa, econômica e financeira mediante corte de despesas operacionais combinadas.

A posição patrimonial pré e pós-operação está demonstrada a seguir:

	Saldo antes da incorporação	Saldo incorporado conforme:		Saldo após a incorporação
		Laudo	Ajustes	
ATIVO	5.534.876	728.144	246	6.263.266
Ativo Circulante	1.730.396	122.641	285	1.853.322
Ativo Não Circulante	3.804.480	605.503	(39)	4.409.944
Realizável a Longo Prazo	1.674.552	17.374	25	1.691.951
Investimentos	418	1.780	230	2.428
Imobilizado	2.119.183	569.481	(294)	2.688.370
Intangível	10.327	16.868	-	27.195
				-
PASSIVO	5.534.876	728.144	246	6.263.266
Passivo Circulante	1.334.919	85.579	9	1.420.507
Passivo Não Circulante	2.077.866	78.042	-	2.155.908
Patrimônio Líquido	2.122.091	564.523	237	2.686.851

4 Apresentação das Demonstrações Contábeis

A autorização para a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis ocorreu na Reunião da Diretoria da Controladora realizada em 10.03.2008.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conjugadas com a legislação específica da Aneel e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31.12.2006 foram efetuadas algumas reclassificações para permitir aos usuários a comparação com o exercício atual. As principais reclassificações são as seguintes:

Conta original:	Conta de reclassificação:	
Passivo circulante	Passivo circulante	804
Taxas regulamentares	Outras contas a pagar	804
Receita operacional (a)	Receita operacional (a)	2.941.641
Fornecimento de energia elétrica	Disponibilidade da rede elétrica	2.941.641
Outras despesas operacionais (b)	Deduções da receita operacional (b)	477.150
Conta de consumo de combustível - CCC	Conta de consumo de combustível - CCC	277.105
Conta de desenvolvimento energético - CDE	Conta de desenvolvimento energético - CDE	165.069
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE	34.976
Custos operacionais	Despesas Financeiras	(6.678)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	Variações Monetárias	(6.678)
Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	6.557
Pessoal e planos previdenciário e assistencial	Pessoal e planos previdenciário e assistencial	6.557

a) Ofício Circular Aneel nº 2.409, de 14.11.2007; e
b) Despacho Aneel nº 3.073, de 28.12.2006.

5 Principais Práticas Contábeis

a) Práticas Contábeis Gerais

1) Aplicações financeiras

Estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2) Consumidores e revendedores

Englobam o fornecimento e o suprimento de energia faturada, a estimativa de energia fornecida não faturada até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.

3) Materiais em estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados pelo custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição (os bens de massa, como postes e cabos elétricos, são registrados pelo custo médio). Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

4) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são atualizados pelas variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente.

5) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas previstas de imposto de renda e de contribuição social, sendo reconhecido o diferimento em função das diferenças intertemporais e prejuízos fiscais.

6) Planos previdenciário e assistencial

Os custos associados aos planos previdenciário e assistencial com a Fundação Copel são reconhecidos em conformidade com a Deliberação CVM nº 371, de 13.12.2000.

7) Provisões para contingências

Estão registradas até a data do balanço pelo montante provável de perda, observada a natureza de cada contingência. Os fundamentos e a natureza das provisões estão descritos na NE nº 26.

8) Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos, quando legal ou contratualmente exigidos, estão atualizados até a data do balanço.

9) Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia faça estimativas e adote premissas que, de fato, afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data do balanço patrimonial e os valores reportados de receitas e despesas. Os resultados concretos desses fatos podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do imobilizado, provisão para contingências, imposto de renda, premissas de plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego, fornecimento de energia não faturada e transações envolvendo a compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, das quais o faturamento e liquidação final estão sujeitos a revisão dos participantes da CCEE.

10) Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

11) Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação é determinado com base na quantidade de ações do capital social integralizado em circulação na data do balanço.

b) Práticas Contábeis Regulatórias – Específicas do Setor Elétrico

1) Diferimentos de custos de distribuição

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação dos custos da Copel Distribuição relacionados à compra de energia e encargos regulatórios através de repasse. Seguindo orientação da Aneel, a Copel Distribuição contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios diferidos, quando existe uma expectativa prová-

vel de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo regulatório diferido serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Copel Distribuição, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

2) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A PCLD está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

É constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.

3) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro conforme determina a portaria DNAEE nº 815, de 30.11.1994, complementada pela Resolução Aneel nº 15, de 24.12.1997. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução Normativa Aneel nº 240, de 05.12.2006, apresentadas na NE nº 17.

4) Imobilizado em curso

Os gastos de administração central são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao imobilizado em andamento, são apropriados às imobilizações em curso durante o período de construção.

5) Obrigações especiais

Em atendimento à Instrução Contábil nº 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as obrigações especiais vinculadas à concessão, correspondentes às contribuições recebidas dos governos (federal, estadual ou municipal), bem como dos consumidores em geral para investimentos realizados em instalações do sistema elétrico, são registradas nos livros em subgrupo específico do passivo exigível a longo prazo e apresentadas como conta redutora do ativo imobilizado.

6) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou desenvolvimento. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro. As taxas anuais de amortização estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução Normativa Aneel nº 240, de 05.12.2006.

7) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

8) Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa preparada pela administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

9) Programas de Eficiência Energética - PEE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e Empresa de Pesquisa Energética - EPE

São programas de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética exigidos pela Aneel para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida.

A destinação dos recursos está dividida em aplicação em projetos homologados pela Aneel e em recolhimentos ao FNDCT e ao Ministério de Minas e Energia – MME.

6 Disponibilidades

				2007	2006
Caixa e bancos				84.825	44.431
Aplicações financeiras	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração		
Banco do Brasil	CDB	27/03/09	100,10% CDI	9.785	-
Banco do Brasil	CDB	24/09/09	100,10% CDI	2.483	-
Banco do Brasil	CDB	25/09/09	100,10% CDI	20.540	-
Banco do Brasil	CDB	28/09/09	100,10% CDI	5.133	-
Banco do Brasil	CDB	22/10/09	100,10% CDI	27.524	-
Banco do Brasil	CDB	23/10/09	100,10% CDI	37.703	-
Banco do Brasil	CDB	25/11/09	100,10% CDI	35.336	-
Banco do Brasil	CDB	27/11/09	100,10% CDI	35.323	-
Banco do Brasil	CDB	16/10/09	100,05% CDI	10.208	-
Banco do Brasil	CDB	16/10/09	100,05% CDI	18.362	-
Banco do Brasil	CDB	12/11/09	100,05% CDI	17.227	-
Caixa Econômica Federal	CDB	25/11/09	100,05% CDI	10.100	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	17/04/08	99,6% Selic	-	7.993
Caixa Econômica Federal	CDB DI	14/08/08	99,5% CDI	-	30.965
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	18/11/08	99,5% Selic	-	5.500
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	08/12/08	99,5% Selic	-	7.027
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	15/12/08	99,5% Selic	-	15.160
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	17/12/08	99,5% Selic	-	5.574
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	17/12/08	99,5% Selic	-	9.119
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	17/12/08	99,5% Selic	-	7.085
				229.724	88.423
				314.549	132.854

As aplicações financeiras da Companhia, em sua maioria, foram realizadas em instituições financeiras estatais, prevalecendo os papéis de renda fixa lastreados em títulos públicos federais, com remuneração média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, que apresentou a taxa média anual em 2007 de 11,77% e em 2006 de 14,97%. Estas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perda de rendimentos.

7 Consumidores e Revendedores

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				2007	2006
Consumidores					
Residencial	84.799	70.249	2.650	157.698	154.840
Industrial	91.516	19.586	40.322	151.424	134.970
Comercial	61.884	24.296	7.394	93.574	89.037
Rural	12.151	5.909	211	18.271	17.232
Poder público	14.806	9.447	2.908	27.161	50.658
Iluminação pública	11.444	411	319	12.174	13.031
Serviço público	10.979	685	904	12.568	11.976
Não faturados	143.921	-	-	143.921	134.785
Parcelamento de débitos	81.061	5.117	9.160	95.338	69.509
Parcelamento de débitos - NC	118.032	-	-	118.032	79.456
Tarifa social baixa renda (a)	99.417	-	-	99.417	30.434
Encargos moratórios s/ faturas de energia	4.258	6.130	2.842	13.230	10.359
Governo do Paraná – luz fraterna	2.285	7.500	-	9.785	57.579
Red. tarifa uso sist. distribuição	2.969	-	-	2.969	1.306
Red. tarifa uso sist. distribuição - NC	1.779	-	-	1.779	1.306
Outros créditos	14.379	2.645	1.536	18.560	26.491
Outros créditos - NC	55	-	-	55	286
	755.735	151.975	68.246	975.956	883.255
Revendedores					
Suprimento de energia elétrica					
Suprimento - CCEE (NE nº 33)	4.743	-	-	4.743	3.437
Contratos bilaterais	1.151	-	-	1.151	887
Contratos com pequenas concessionárias	6.521	-	-	6.521	4.591
Suprimento curto prazo	-	-	25	25	25
	12.415	-	25	12.440	8.940
Encargos de uso da rede elétrica					
Rede elétrica	15.611	11	2.298	17.920	18.850
Rede básica	14.318	3	189	14.510	-
Rede básica - NC	7.255	-	-	7.255	-
Rede de conexão	93	-	-	93	-
	37.277	14	2.487	39.778	18.850
	805.427	151.989	70.758	1.028.174	911.045
2007	Circulante 678.306	151.989	70.758	901.053	817.121
	Não Circulante - NC 127.121	-	-	127.121	-
2006	Circulante 524.034	164.242	141.721	829.997	811.048
	Não Circulante - NC 81.048	-	-	81.048	-

a) Tarifa social baixa renda

O Governo Federal, através da Lei nº 10.438, de 26.04.2002, estabeleceu a isenção do rateio dos custos de capacidade de geração ou de potência para os consumidores integrantes da subclasse residencial baixa renda. Esse benefício tarifário ocasionou significativo impacto

na receita operacional da Companhia.

A Companhia iniciou, a partir de setembro de 2002, o faturamento do fornecimento de energia elétrica aplicando a tarifa social com base nos novos critérios de enquadramento das unidades consumidoras de baixa renda.

Em 17.12.2002, a Lei nº 10.604 modificou a forma de compensação às concessionárias, autorizando a concessão de subvenção econômica, visando contribuir para a modernidade da tarifa social. Essa subvenção tem como fonte de recursos o adicional de dividendos das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás para a União, associado à comercialização de energia elétrica pelas geradoras federais nos leilões de energia, e recursos advindos da Reserva Global de Reversão -RGR.

A Aneel, por meio de suas resoluções, estabeleceu a metodologia para o cálculo de subvenção econômica a ser concedida às concessionárias, para contrabalançar os efeitos da política tarifária aplicável aos consumidores de baixa renda. Em dezembro de 2007, 710.898 consumidores foram beneficiados pela tarifa social, representando 26,2% do total de 2.713.452 consumidores residenciais.

Em virtude de divergências verificadas entre os valores contabilizados pela Copel Distribuição e os levantados pela fiscalização da Aneel, a Companhia refez os cálculos resultando no saldo de aproximadamente R\$ 89.000. Deste saldo, aproximadamente R\$ 35.000 já foram homologados pela Aneel, restando R\$ 54.000 para homologação até abril de 2008.

A Companhia, em razão do recálculo acima, constituiu provisão no valor de R\$ 10.412 sobre o valor registrado de R\$ 99.417.

8 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Após análise das contas a receber vencidas, a Administração da Companhia considerou os seguintes valores como

	2007	2006
Ativo circulante		
Planos previd. e assistencial - delib. CVM 371	19.859	6.148
CVA passiva	48.768	33.832
Adições temporárias	27.482	37.122
	96.109	77.102
Ativo não circulante		
Planos previd. e assistencial - delib. CVM 371	87.783	90.410
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	9.248	9.248
Adições temporárias:		
Provisões para contingências (trabalhistas, tributárias e judiciais)	51.539	28.479
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.788	44.395
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	6.240
Provisão pesquisa e desenv. e eficiência energética	4.933	-
Provisões do passivo regulatório	3.114	-
Efeitos de encargos da rede	180.405	178.772
(-) Passivo circulante	19.654	27.281
CVA ativa	1.009	505
Energia excedente	3.895	5.885
Exclusões temporárias	24.558	33.671
(-) Passivo não circulante	7.542	3.053
CVA ativa	605	505
Energia excedente	3.896	-
Exclusões temporárias	12.043	3.558
	239.913	218.645

O estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores, referente à projeção futura de lucratividade, no qual se evidencia a realização dos impostos diferidos, com base em estimativas de lucro tributável futuro, está apresentado a seguir:

	Parcela estimada de realização	Parcela efetiva de realização	Parcela estimada de realização
2007	14.160	(88.839)	-
2008	-	-	65.531
2009	-	-	31.116
2010	-	-	14.359
2011	-	-	9.142
2012	-	-	10.056
Após 2012	-	-	109.709
	14.160	(88.839)	239.913

As projeções de resultado futuro foram objeto de reavaliação da Administração quando da aprovação das demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2007.

b) Imposto de renda e contribuição social a compensar

Os valores registrados como imposto de renda e contribuição social a compensar referem-se, principalmente, a valores retidos na fonte e recolhimentos do imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ e da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL, com base no lucro real com opção pelo pagamento mensal por estimativa, durante o exercício de 2007.

11 Conta de Compensação da “Parcela A”

Na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA são registradas as variações ocorridas entre os valores previstos por ocasião dos reajustes tarifários e os valores efetivamente desembolsados ao longo do ano tarifário dos seguintes itens de custo da “Parcela A”: tarifa de repasse de potência de Itaipu Binacional; tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional; quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica; compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos; Encargos dos Serviços do Sistema – ESS; quota de recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE; custos de aquisição de energia elétrica; e quotas de energia e custeio do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia - Proinfa.

A Aneel autorizou a Copel Distribuição a aplicar em suas tarifas de fornecimento, a partir de 24.06.2007, reajuste médio de -1,22%. Deste percentual, 2,24% refere-se ao índice de reajuste tarifário e -3,46% aos ajustes financeiros externos. A CVA faz parte deste último grupo, representando naquela época o total de R\$ 146.393, sendo formada por duas parcelas: a CVA relativa ao ano tarifário 2006-2007 no valor de R\$ 92.985 e o saldo a compensar da CVA do exercício anterior no valor de R\$ 53.408.

A expectativa da Companhia é que os montantes classificados no longo prazo, na data do balanço patrimonial, tenham período de recuperação de até dois anos a contar da data do balanço.

A composição dos saldos da Conta de Compensação “Parcela A” – CVA é a seguinte:

Consolidado	Ativo circulante		Ativo não circulante	
	2007	2006	2007	2006
CVA recuperável reajuste tarifário 2006				
CCC	-	17.481	-	-
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	-	10.699	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	-	18.162	-	-
ESS	-	3.741	-	-
CDE	-	11.549	-	-
Proinfa	-	5.886	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	-	8.061	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	-	2.195	-	-
		77.774		
CVA recuperável reajuste tarifário 2007				
CCC	1.869	-	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	22.289	5.133	-	5.133
ESS	7.082	3.350	-	3.350
CDE	6.125	2.199	-	2.199
Proinfa	4.560	1.592	-	1.591
Transporte de energia comprada (Itaipu)	211	-	-	-
	42.136	12.274		12.273
CVA recuperável reajuste tarifário 2008				
CCC	5.659	-	5.659	-
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	4.074	-	4.074	-
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	12.309	-	12.309	-
ESS	372	-	372	-
CDE	1.922	-	1.922	-
Proinfa	1.105	-	1.105	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	37	-	37	-
	25.478		25.478	
	67.614	90.048	25.478	12.273

Consolidado	Passivo circulante		Passivo não circulante	
	2007	2006	2007	2006
CVA compensável reajuste tarifário 2006				
Energia elétrica comprada p/ revenda (CVA Energ)	-	58.445	-	-
		58.445		
CVA compensável reajuste tarifário 2007				
CCC	34.146	9.197	9.197	-
Encargos uso sist. transm. (rede básica)	31.803	4.577	-	4.577
Energia elétrica comprada p/ revenda (CVA Energ)	54.155	37.877	-	37.877
Transporte de energia comprada (Itaipu)	1.002	402	-	402
	121.106	52.053		52.053
CVA compensável reajuste tarifário 2008				
CCC	855	-	855	-
Encargos uso sist. transm. (rede básica)	1.186	-	1.186	-
ESS	3.722	-	3.722	-
Energia elétrica comprada p/ revenda (CVA Energ)	16.511	-	16.511	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	56	-	56	-
	22.330		22.330	
	143.436	110.498	22.330	52.053

A movimentação dos saldos de diferimento de custos tarifários atualizados pela Selic é a seguinte:

	Saldo	Diferim.	Amortiz.	Atualiz.	Transf.	Saldo
	2006					2007
Ativo						
CCC	17.481	15.166	(20.678)	1.218	-	13.187
Encargos uso sist. transm. (rede básica)	10.699	8.096	(11.009)	362	-	8.148
Energia elétrica comp. p/ revenda (Itaipu)	28.428	55.854	(42.541)	5.166	-	46.907
ESS	10.441	7.611	(11.309)	1.083	-	7.826
CDE	15.947	11.150	(18.607)	1.479	-	9.969
Proinfa	9.069	7.860	(11.143)	984	-	6.770
Energia elétrica comp. p/ rev. (CVA Energ)	8.061	-	(8.061)	-	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	2.195	497	(2.557)	150	-	285
	102.321	106.234	(125.905)	10.442		93.092
Circulante	90.048	62.950	(125.905)	8.653	31.868	67.614
Não Circulante - NC	12.273	43.284		1.789	(31.868)	25.478
Passivo						
CCC	18.394	49.310	(36.119)	4.271	-	35.856
Encargos uso sist. transm. (rede básica)	9.154	50.413	(32.580)	7.188	-	34.175
ESS	-	7.193	-	251	-	7.444
Energia elétrica comp. p/ rev. (CVA Energ)	134.199	61.325	(118.608)	10.261	-	87.177
Transporte de energia comprada (Itaipu)	804	1.251	(1.059)	118	-	1.114
	162.551	169.492	(188.366)	22.089		165.766
Circulante	110.498	119.422	(188.366)	19.868	82.014	143.436
Não Circulante - NC	52.053	50.070		2.221	(82.014)	22.330

12 Outros Ativos e Passivos Regulatórios

a) Parcela de ajuste - revisão tarifária das transmissoras

Consta dos contratos de concessão celebrados pelas concessionárias de transmissão, cláusula que estabelece 1º.07.2005 como a data da primeira revisão tarifária periódica das receitas anuais permitidas. O processo de revisão tarifária foi concluído efetivamente, tendo seus resultados homologados em 1º.07.2007, sendo os efeitos retroativos a 1º.07.2005. Desta forma, foi necessário calcular a diferença retroativa ao período 2005 – 2007 que foi tratada como “parcela de ajuste - revisão”.

Esta diferença apropriada pelas transmissoras, está sendo compensada em 24 meses, com início em julho de 2007.

A Aneel calculou a diferença de “parcela de ajuste da revisão fronteira” para todas as distribuidoras, resultando no saldo de R\$ 22.915, a ser pago pela Copel Distribuição à Copel Transmissão. Já em relação à “parcela de ajuste da revisão da rede básica”, a aplicação dos percentuais de participação da Copel Distribuição sobre o total da parcela de ajuste, resultou no valor de R\$ 29.020 a ser recebido das demais transmissoras que passaram pelo processo de revisão tarifária.

Estes valores a serem liquidados financeiramente com as transmissoras serão considerados no próximo reajuste tarifário da Copel Distribuição. A expectativa da Companhia é que os montantes classificados no longo prazo na data do balanço patrimonial têm período de recuperação de até dois anos a contar da data do balanço.

Os saldos em 31.12.2007 são compostos da seguinte forma:

	Ativo			Passivo		
	circulante	não circulante	Total	circulante	não circulante	Total
Ajuste de revisão da conexão	465	154	619	-	-	-
Ajuste de revisão da rede básica	16.721	5.575	22.296	21.765	7.255	29.020
	17.186	5.729	22.915	21.765	7.255	29.020

b) Ativo Regulatório – PIS/Pasep e Cofins

Pela publicação das Leis Federais nºs 10.637, de 30.12.2002, e 10.833, de 29.12.2003, foram majoradas as alíquotas e alteradas as bases de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins. Em razão dessas alterações, ocorreu crescimento nas despesas com PIS/Pasep a partir de dezembro de 2002, e nas despesas com a Cofins a partir de fevereiro de 2004.

A Aneel, através do Ofício Circular nº 302/2005-SFF/Aneel e Resoluções Homologatórias nºs 149/2005 e 345/2006, reconhece o direito da Companhia em ser ressarcida dos custos adicionais com PIS/Pasep e Cofins, autorizando as concessionárias a apurar o valor do impacto produzido em função da mudança de critérios de apuração do PIS/Pasep e Cofins e reconhecê-lo contabilmente como ativo ou passivo, conforme a natureza do impacto, positivo ou negativo, respectivamente. Fundamentada em tal dispositivo, a Companhia registrou, de acordo com critério definido pela Agência Reguladora, ativo regulatório no valor de R\$ 82.094, reduzindo, em contrapartida, a despesa com PIS/Pasep e Cofins. Este saldo já foi totalmente realizado.

Através da Resolução Homologatória nº 130 de 20.06.2005, a Copel Distribuição ficou autorizada a incluir no valor total da fatura a ser paga pelo consumidor, a partir de 24.06.2005, as despesas do PIS/Pasep e Cofins efetivamente incorridas, no exercício da atividade de distribuição de energia elétrica.

13 Cauções e Depósitos Vinculados

	2007	2006
Ativo circulante		
Depósitos em garantia	24.244	33.714
	24.244	33.714
Ativo não circulante		
Caução do contrato da STN (NE nº 19.b)	22.423	19.490
	22.423	19.490

Os depósitos em garantia atendem as exigências da CCEE e estão vinculados às operações realizadas nos leilões de energia, nas liquidações da própria CCEE e nos leilões realizados pela Aneel.

14 Estoques

	2007	2006
Materiais para Manutenção		
Almoxarifado	36.292	27.874
Destinados a alienação	8.296	4.392
Emprestados	85	67
	44.673	32.333
Materiais para Investimento - Imobilizado	99.697	62.354
	144.370	94.687

15 Outros Créditos

	2007	2006
Ativo circulante		
Adiantamento a fornecedores	13.673	870
Pagamentos antecipados	5.600	3.940
Adiantamento a empregados	5.418	4.664
Desativações em curso	1.885	1.873
Salários de empregados cedidos a recuperar	787	650
Reserva Global de Reversão - RGR - Diferenças	611	2.096
Adiantamento para depósitos judiciais	416	825
Alienação de bens e direitos	395	47
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(889)	(808)
Diferenças de alíquotas PIS/Pasep e Cofins - Copel Geração	-	7.615
Outros créditos a receber	2.440	4.831
	30.336	26.603
Ativo não circulante		
Empréstimos compulsórios	4.185	5.483
Alienação de bens e direitos	1.390	-
Bens e direitos destinados à alienação	106	63
	5.681	5.546

16 Depósitos Judiciais

Os saldos de depósitos judiciais registrados no ativo não circulante estão demonstrados a seguir:

	2007	2006
Trabalhistas	40.447	51.461
Cíveis:		
Serviços de passagem	1.441	1.125
Cíveis	13.013	12.351
Consumidores	2.500	1.640
	16.954	15.116
Outros depósitos Judiciais	785	720
	58.186	67.297

Os depósitos judiciais vinculados foram reclassificados para Provisões para Contingências e estão demonstrados na NE nº 26.

17 Imobilizado

	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	
			2007	2006
Em serviço				
Terenos	30.459	-	30.459	16.740
Edificações	135.395	56.286	79.109	51.797
Máquinas e equipamentos	4.187.323	2.002.938	2.184.385	1.621.112
Veículos	101.644	52.746	48.898	15.463
Móveis e utensílios	7.429	4.481	2.948	2.948
	4.462.250	2.116.451	2.345.799	1.708.060
Em curso				
Terenos	2.929	-	2.929	238
Edificações	13.002	-	13.002	1.550
Máquinas e equipamentos	232.264	-	232.264	167.707
Veículos	1.256	-	1.256	5.822
Móveis e utensílios	185	-	185	104
Estudos e projetos	10.013	-	10.013	10.014
Material em depósito	99.697	-	99.697	62.354
Compras em andamento	1.186	-	1.186	-
Adiantamento a Fornecedores	1.028	-	1.028	

d) Taxas de depreciação

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução Aneel nº 240, de 05.12.2006, a Portaria nº 96/1995, do Ministério das Comunicações, e a Agência Nacional do Petróleo – ANP, são:

	%
Distribuição	
Condutor e estrutura do sistema => 69 kV	2,50
Condutor e estrutura do sistema < 69 kV e transformador de distribuição	5,00
Banco de capacitores < 69 kV	6,70
Banco de capacitores => 69 kV	5,00
Equipamento geral	10,00
Administração central	
Edificações	4,00
Máquinas e equipamentos de escritório	10,00
Móveis e utensílios	10,00
Veículos	20,00

e) Mutações do imobilizado

Custo	em serviço	em curso	Obrigações especiais	Total
Em 31 de dezembro de 2005	1.660.802	177.558	(757.983)	1.080.377
Programa de investimentos	-	282.158	-	282.158
Imobilizações de obras	213.966	(213.966)	-	-
Quotas de depreciação	(155.379)	-	-	(155.379)
Baixas	(11.329)	-	-	(11.329)
Transferências entre o intangível	-	4.826	-	4.826
Participação financeira dos consumidores	-	-	(43.484)	(43.484)
Complemento de provisões para contingências	-	444	-	444
Em 31 de dezembro de 2006	1.708.060	251.020	(801.467)	1.157.613
Incorporação parcial Copel Transmissão	475.007	94.180	(2.881)	566.306
Programa de investimentos	-	379.186	-	379.186
Imobilizações de obras	346.504	(346.504)	-	-
Quotas de depreciação	(168.721)	-	-	(168.721)
Baixas	(14.965)	(1.834)	-	(16.799)
Transferências entre o intangível	(86)	1.617	-	1.531
Participação financeira dos consumidores	-	-	(47.919)	(47.919)
Complemento de provisões para contingências	-	(595)	-	(595)
Em 31 de dezembro de 2007	2.345.799	377.070	(852.267)	1.870.602

f) Transferência de acervo de redes de distribuição e de consumidores

Em função da área de concessão da Copel Distribuição ter sido reagrupada em 22.06.1999, por meio da Portaria MME 196/199 e a área de concessão da Companhia Força e Luz do Oeste – CFLO ter sido reagrupada em 04.11.1998, as partes submeteram a mediação da Aneel, em 10.07.2001, um conflito, tendo por objeto a existência de consumidores e de ativos de rede de energia elétrica, de uma concessionária na área de concessão da outra, localizados na região de Guarapuava – PR. Com o objetivo de resolver o conflito as partes celebraram contrato de transferência mútua de acervo de redes de distribuição e de consumidores, devidamente anuído pela Aneel, conforme despacho nº 3.611, de 13.12.2007.

No quadro abaixo demonstramos o número de consumidores e ativos que foram transferidos da Copel Distribuição para a CFLO:

Número de consumidores	Ativos	
	Custo	Depreciação acumulada
690	2.765	1.016

g) Provisão para ajuste a valor de recuperação de ativos

A Copel Distribuição, durante o exercício de 2007, não registrou provisão para ajuste a valor de recuperação de ativos.

18 Intangível

	Direito de uso de softwares	Amortização acumulada ⁽¹⁾	Faixa de Servidões	Outros	Líquido	
					2007	2006
Em serviço	29.958	(23.425)	17.606	113	24.252	7.024
Em curso	705	-	1.997	-	2.702	6.394
					26.954	13.418

⁽¹⁾Taxa anual de amortização: 20%

O montante de intangível em serviço e totalmente depreciado representava R\$ 15.379, em 31.12.2007, e R\$ 13.985, em 31.12.2006.

a) Mutações do Intangível

Saldos	em serviço			em curso			Total
	2007	2006	2005	2007	2006	2005	
Em 31 de dezembro de 2005	9.662	8.798	18.460				
Programa de investimentos	-	2.316	2.316				
Capitalizações	(106)	106	-				
Quotas de amortização	(2.474)	-	(2.474)				
Baixas	(58)	-	(58)				
Transferências entre o imobilizado	-	(4.826)	(4.826)				
Em 31 de dezembro de 2006	7.024	6.394	13.418				
Incorporação parcial Copel Transmissão	1.778	1.778	16.869				
Programa de investimentos	-	929	929				
Capitalizações	4.782	(4.782)	-				
Quotas de amortização	(2.659)	-	(2.659)				
Baixas	(72)	-	(72)				
Transferência entre o imobilizado	86	(1.617)	(1.531)				
Em 31 de dezembro de 2007	24.252	2.702	26.954				

19 Empréstimos e Financiamentos

As composições dos saldos de empréstimos e financiamentos são as seguintes:

Moeda estrangeira	Principal	Encargos	Passivo Circulante		Passivo não circulante	
			2007	2006	2007	2006
			Total	Total	Total	Total
STN (a)	6.441	1.161	7.602	7.264	70.432	73.422
Eletrobrás (c)	6	-	6	6	33	46
	6.447	1.161	7.608	7.270	70.465	73.468
Moeda nacional						
Eletrobrás (c)	7.813	209	8.022	7.406	40.238	24.269
Banco do Brasil S.A. (b)	137	4	141	126	850	920
	7.950	213	8.163	7.532	41.088	25.189
	14.397	1.374	15.771	14.802	111.553	98.657

Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador:

Moeda (equivalente em R\$) Indexador	2007		%		2006		%	
	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total
Moeda estrangeira								
Dólar norte-americano	78.073	61,32	80.738	71,16				
	78.073	61,32	80.738	71,16				
Moeda nacional								
URTJLP	61	0,05	65	0,06				
IGP-M	929	0,73	981	0,86				
Ufir	41.531	32,61	31.675	27,92				
Finel	6.730	5,29	-	-				
	49.251	38,68	32.721	28,84				
	127.324	100,00	113.459	100,00				

Variação das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos:

Moeda (equivalente em R\$) Indexador	2007	2006
Dólar norte-americano	(17,15)	(8,66)
URTJLP	0,36	1,79
TJLP	6,47	7,96
IGP-M	7,75	3,83

Vencimentos das parcelas de longo prazo:

	Moeda estrangeira		Moeda nacional	
	2007	2006	2007	2006
2008	-	-	-	8.017
2009	4.340	5.677	10.017	8.193
2010	4.939	4.422	9.361	7.526
2011	4.940	4.422	9.362	7.518
2012	4.940	4.422	9.362	6.249
2013	2.615	4.422	7.037	4.981
2014	1.310	4.300	5.610	3.738
2015	-	4.260	4.260	2.561
2016	-	3.779	3.779	2.080
2017	-	3.106	3.106	1.408
2018	-	2.115	2.115	941
2019	-	114	114	115
2020	-	49	49	66
após 2020	47.381	-	47.381	45.264
	70.465	41.088	111.553	98.657

Mutações de empréstimos e financiamentos:

Saldos	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Em 31 de dezembro de 2005	8.900	87.176	11.894	14.915	122.885
Ingressos	-	-	-	16.937	16.937
Encargos	5.657	-	2.087	-	7.744
Variação monetária e cambial	(704)	(7.613)	4	35	(8.278)
Transferências	6.095	(6.095)	6.698	(6.698)	-
Amortizações	(12.678)	-	(13.151)	-	(25.829)
Em 31 de dezembro de 2006	7.270	73.468	7.532	25.189	113.459
Ingressos	-	-	-	16.992	16.992
Incorporação Copel Transmissão	1.538	14.802	5.003	1.668	23.011
Encargos	4.849	-	2.340	-	7.189
Variação monetária e cambial	(1.162)	(12.364)	24	70	(13.432)
Transferências	5.441	(5.441)	2.831	(2.831)	-
Amortizações	(10.328)	-	(9.567)	-	(19.895)
Em 31 de dezembro de 2007	7.608	70.465	8.163	41.088	127.324

a) Secretaria do Tesouro Nacional - STN

A reestruturação da dívida de médio e longo prazo, assinada em 20.05.1998, referente aos financiamentos sob amparo da Lei nº 4.131/62, está demonstrada no quadro a seguir:

Tipo de bônus	Prazo (anos)	Vencimento final	Gerência (anos)	2007		2006	
Par Bond	30	15.04.2024	30	28.294	26.999		
Capitalization Bond	20	15.04.2014	10	15.703	17.283		
Debt Conversion Bond	18	15.04.2012	10	12.133	14.144		
Discount Bond	30	15.04.2024	30	19.755	18.845		
New Money Bond	15	15.04.2009	7	1.067	1.695		
Flirb	15	15.04.2009	9	1.082	1.720		
				78.034	80.686		

A companhia assumiu dívida de R\$ 16.340 da Copel Transmissão, quando da cisão ocorrida em 30.11.2007.

As taxas de juros praticadas e as amortizações são as seguintes:

Tipo de bônus	Taxas de juros anuais (%)		Amortizações
Par Bond	6,0	única	
Capitalization Bond	8,0	semestral	
Debt Conversion Bond	Libor semestral + 0,8750	semestral	
Discount Bond	Libor semestral + 0,8125	única	
New Money Bond	Libor semestral + 0,8750	semestral	
Flirb	Libor semestral + 0,8125	semestral	

Em garantia a esse contrato, a Companhia cedeu e transferiu à União, condicionado ao inadimplemento de qualquer parcela do financiamento, os créditos que forem feitos à sua conta corrente bancária centralizadora da arrecadação das suas receitas próprias, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Nos bônus Discount Bond e Par Bond existem garantias depositadas, nos valores de R\$ 9.246 e R\$ 13.177 (R\$ 8.039 e R\$ 11.451, em 31.12.2006), respectivamente, contabilizadas na conta cauções e depósitos vinculados, no ativo não circulante (NE nº 13). A companhia assumiu o realizável de R\$ 4.179 da Copel Transmissão, quando da cisão ocorrida em 30.11.2007.

b) Banco do Brasil S.A.

Contrato particular de cessão de crédito com a União, através do Banco do Brasil S.A., assinado em 30.03.1994, amortizável em 240 parcelas mensais pelo sistema price, a partir de 1º.04.1994, com atualização mensal pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM e taxa de juros de 5,098% a.a. A garantia é vinculada à receita própria.

c) Eletrobrás

Empréstimos originados de recursos do Fundo de Financiamento da Eletrobrás – Finel e da RGR, para expansão dos sistemas de distribuição. A amortização dos contratos vencidos iniciou em fevereiro de 1999, e o último pagamento está previsto para agosto de 2021. O principal e os juros de 6,0% a 8,5% a.a. são amortizados mensalmente, atualizados pelo índice do Finel e pela Unidade Fiscal de Referência – Ufir. A garantia é representada pela receita própria. Houve ingresso de R\$ 16.992, proveniente de recursos da RGR, para aplicação no Programa Luz para Todos, referente ao contrato ECFs-142/2006. A companhia assumiu dívida de R\$ 6.671 da Copel Transmissão, referente ao contrato ECF 1307/94, quando da cisão ocorrida em 30.11.2007.

20 Debêntures

Emissão de debêntures simples, concluída em 09.05.2002, com subscrição integral no valor total de R\$ 500.000, dividida em 3 séries (R\$ 100.000, R\$ 100.000 e R\$ 300.000, respectivamente), com prazo de vigência de 5 anos, vencidas e liquidadas em 1º.03.2007.

21 Fornecedores

	2007	2006
Encargos de uso da rede elétrica		
Uso da rede básica	36.459	30.243
Transporte de energia	3.027	2.728
Uso da conexão	1.036	26.182
	40.522	59.153
Suprimento de energia elétrica		
Eletrobrás (Itaipu)	74.090	71.874
Furnas Centrais Elétricas S.A.	30.849	28.730
Controladora Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	28.430	16.721
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A	12.940	12.353
Controladora Energética de São Paulo - Cesp	9.763	9.588
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletro norte	8.834	4.933
Itiquira Energética S.A.	8.468	7.386
Copel Geração e Transmissão	8.382	7.007
Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A.	8.293	6.855
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig	4.052	3.774
Cia. de Interconexão Energética - Cien	-	63.000
Cia. de Interconexão Energética - Cien - NC	-	62.863
Outras concessionárias	18.315	11.344
	212.416	306.428
Materiais e serviços		
Outros fornecedores	68.607	32.519
	68.607	32.519
	321.545	

A proposta de distribuição de dividendos é como segue:

	2007	2006
Lucro líquido do exercício	581.460	284.679
Prejuízos acumulados	-	(84.738)
Efeitos fiscais na Copel pela opção de juros sobre o capital próprio	(37.644)	(40.060)
Lucro líquido do exercício sem os efeitos fiscais dos juros sobre o capital próprio	543.816	159.881
Reserva legal teórica sobre o lucro acima	(27.191)	(7.994)
Base de cálculo para dividendos mínimos	516.625	151.887
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	154.988	45.566
Imposto de renda retido sobre juros sobre o capital próprio	16.607	17.673
Valor do dividendo mínimo ajustado, calculado considerando o efeito do IRRF	171.595	63.239
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	-	54.584
Juros sobre o capital próprio apropriado	110.716	117.823
Distribuição de dividendos	60.879	-

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesas financeiras, e, para efeito das demonstrações, são apresentados como destinação do lucro líquido do exercício. No resultado do exercício, sua reversão foi efetuada contra rubrica própria em despesas financeiras, conforme preconiza a CVM.

28 Receita Operacional

	2007	2006
Fornecimento de energia elétrica		
Residencial	876.287	847.444
Industrial	816.651	716.861
Comercial, serviços e outras atividades	574.534	528.783
Rural	113.720	109.057
Poder público	82.165	79.042
Iluminação pública	63.518	63.594
Serviço público	61.992	59.660
Parcela de ajustes de encargos da rede	(6.105)	-
	2.582.762	2.404.441
Suprimento de energia elétrica		
Contratos bilaterais	1.047	2.453
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	26.958	63.017
Contratos com pequenas concessionárias	48.216	40.234
	76.221	105.704
Disponibilidade da rede elétrica		
Rede elétrica - tarifa de uso do sistema de distribuição - TUSD	3.207.928	3.090.093
Rede de conexão	577	-
Parcela de ajustes de encargos da rede	(904)	-
	3.207.601	3.090.093
Outras receitas operacionais		
Arrendamentos e alugueis	46.220	40.146
Renda da prestação de serviços	7.812	6.515
Serviço taxado	8.392	7.639
Outras receitas	567	784
	62.991	55.084
	5.929.575	5.655.322

	Nº de Consumidores (*)		MWh (*)	
	2007	2006	2007	2006
Consumidores				
Residencial				
Industrial	2.713.463	2.637.502	5.142.964	4.825.757
Comercial	58.778	56.686	6.277.971	6.021.424
Rural	286.451	278.963	3.721.524	3.406.894
Poder público	333.567	328.469	1.521.789	1.431.185
Iluminação pública	31.942	31.376	533.485	512.941
Serviço público	8.346	7.882	725.542	716.113
Consumo próprio	3.926	3.855	576.045	573.640
	588	582	23.401	23.695
Revendedores	3.437.061	3.345.315	18.522.721	17.511.649
Suprimento - curto prazo - CCEE	-	-	160.694	890.732
Concessionárias	-	-	473.744	457.701
			634.438	1.348.433
			19.157.159	18.860.082

(*) Informações não auditadas.

29 Deduções da Receita Operacional

	2007	2006
Tributos sobre a receita		
ICMS	1.428.373	1.357.446
Cofins	274.484	300.775
Pasep	60.705	65.300
ISSQN	155	-
	1.763.717	1.723.521
Encargos do consumidor		
Conta de consumo de combustível - CCC	178.051	277.105
Conta de desenvolvimento energético - CDE	183.589	165.609
Reserva global de reversão - RGR	16.536	13.858
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE (a)	37.308	34.976
Encargos de capacidade emergencial	92	1.011
	415.576	492.019
	2.179.293	2.215.540

a) Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

	2007	2006
Programa de pesquisa e desenvolvimento - P&D	8.379	10.493
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	8.379	10.493
Programa de eficiência energética - PEE	16.360	8.743
Ministério de Minas e Energia - MME	4.190	5.247
	37.308	34.976

30 Custos e Despesas Operacionais

As composições dos custos e despesas em 2007 e 2006 são as seguintes:

Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras despesas operacionais	Total
					2007
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(1.567.291)	-	-	-	(1.567.291)
Encargos de uso da rede elétrica (b)	(601.228)	-	-	-	(601.228)
Pessoal e administradores (c)	(313.365)	-	(103.164)	-	(416.529)
Planos previdenciário e assistencial (d)	1.858	-	(3.504)	-	(1.646)
Material (e)	(37.614)	(1.231)	(9.479)	-	(48.324)
Serviços de terceiros (f)	(103.755)	(21.317)	(59.982)	-	(185.054)
Depreciação e amortização	(154.496)	-	(16.884)	-	(171.380)
Provisões e reversões (g)	-	6.019	-	(39.896)	(33.877)
Recuperação de custos e despesas (h)	20.734	7.401	1.314	-	29.449
Outros custos e despesas (i)	(12.188)	(593)	(13.904)	(13.149)	(39.834)
	(2.767.345)	(9.721)	(205.603)	(53.045)	(3.035.714)

Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras despesas operacionais	Total
					2006
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(1.545.607)	-	-	-	(1.545.607)
Encargos de uso da rede elétrica (b)	(631.850)	-	-	-	(631.850)
Pessoal e administradores (c)	(311.801)	-	(98.384)	-	(410.185)
Planos previdenciário e assistencial (d)	(30.244)	-	(18.290)	-	(48.534)
Material (e)	(43.279)	(113)	(10.296)	-	(53.688)
Serviços de terceiros (f)	(92.451)	(21.253)	(59.306)	-	(173.010)
Depreciação e amortização	(144.159)	-	(13.694)	-	(157.853)
Provisões e reversões (g)	-	(46.461)	-	(46.875)	(93.336)
Recuperação de custos e despesas (h)	16.803	6.282	3.974	-	27.059
Outros custos e despesas (i)	(20.493)	(103)	(23.929)	(11.287)	(55.812)
	(2.803.081)	(61.648)	(219.925)	(58.162)	(3.142.816)

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	2007	2006
Eletrobrás (Itaipu)	394.865	342.030
Furnas Centrais Elétricas S.A. - leilão	280.608	262.389
Controladora Hidro Elétrica do São Francisco - leilão	256.302	152.604
Outras concessionárias - leilão	211.218	145.268
Eleijor - Centrais elétricas do Rio Jordão	150.085	108.831
Cia. de Interconexão Energética - Cien	111.193	227.389
Itiquira Energética S.A.	98.175	87.658
Controladora Energética de São Paulo - leilão	93.949	87.664
Copel Geração e Transmissão	74.229	63.952
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfra	41.363	14.416
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	4.280	973
Excedente de energia a recuperar - leilão	3.027	6.161
Energia elétrica comprada para revenda - CVA passiva	(52.250)	45.204
(-) Repactuação de contratos - Cien	(100.862)	-
Outras concessionárias	1.109	1.068
	1.567.291	1.545.607

b) Encargos de Uso da Rede Elétrica

	2007	2006
Copel Transmissão S/A (até 30.11.07)	260.111	262.814
Copel Geração e Transmissão S/A	5.663	-
Furnas Centrais Elétricas S.A.	75.044	75.834
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	32.491	30.850
Cia Transmissora de Energia Elétrica Paulista - Creep	33.532	30.905
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	21.186	20.670
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - Eletronorte	22.028	20.079
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig	11.135	11.799
Novatrans Energia S.A.	10.358	10.277
Operador Nacional do Sistema	10.550	10.550
TSN Transmissora Nordeste Sudeste de Energia S.A.	10.140	10.133
Cia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. - CEEE	9.169	8.832
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - Eate	8.513	8.358
ATE II Transmissora de Energia S.A.	4.780	-
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - Ente	4.512	4.434
Itumbiara Transmissora de Energia Ltda	4.305	331
Expansion Transmissora de Energia Elétrica S.A.	4.046	3.922
Empresa Transmissora de Energia Oeste Ltda - Eteo	3.587	3.521
Outras concessionárias	32.528	27.420
CVA - encargos	22.997	80.143
Encargos dos serviços do sistema - ESS	19.132	10.978
Parcela Ajustes Encargos da Rede	(4.579)	-
	601.228	631.850

c) Pessoal e Administradores

	2007	2006
Pessoal		
Remunerações	284.555	273.594
Encargos sociais	90.867	92.521
	375.422	366.115
Auxílio alimentação e educação	32.397	30.516
Indenizações trabalhistas	4.761	4.378
Participação nos lucros e/ou resultados (1)	37.126	31.904
	449.706	432.913
(-) Transferências p/ ordens em curso	(33.414)	(23.219)
	416.292	409.694
Administradores		
Honorários	193	400
Encargos sociais	55	112
	248	512
(-) Transferências p/ ordens em curso	(11)	(21)
	237	491
	416.529	410.185

1) Participação nos lucros e/ou resultados

Desde 1996 a Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, paga com base em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas.

Conforme o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, de 14.02.2007, as participações em resultados não referenciadas nos estatutos devem ser classificadas como custo ou despesa operacional.

d) Planos Previdenciário e Assistencial

1) Plano de benefício previdenciário

A Copel Distribuição patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Planos Previdenciários I, II e III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial) para seus empregados e dependentes legais ativos e pós-emprego.

Os planos previdenciários I e II foram estabelecidos na modalidade de benefício definido (BD) contributivo e o plano previdenciário III (CV) foi estabelecido na modalidade de contribuição definida. Na data da aposentadoria o plano de contribuição definida torna-se uma renda mensal vitalícia.

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 371/2000. As premissas atuariais e financeiras e para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da patrocinadora.

O fluxo de pagamento das contribuições relativas aos planos previdenciários I e II, até julho de 2007, estava garantido por contrato denominado "Instrumento Particular de Ajuste das Reservas Matemáticas dos Planos Previdenciários Básico e Complementar de Benefícios Previdenciários", assinado em 20 de janeiro de 1999. Este contrato possui cláusulas que prevêm a extinção da obrigação sob determinadas condições. Com base em pareceres legais preparados por consultores jurídicos externos e internos, a Companhia comunicou à Administração da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, em 27.07.2007, a cessação dos pagamentos das contribuições vinculadas a este contrato a partir de agosto de 2007, em face da extinção das obrigações ali pactuadas.

2) Plano de benefício assistencial

A Copel Distribuição aloca recursos destinados a dar cobertura às despesas de saúde dos empregados e dependentes, dentro das regras, limites e condições estabelecidas em regulamentos específicos. Inclui exames médicos periódicos aos aposentados e pensionistas vitaliciamente.

3) Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial na conta de Benefícios Pós-emprego estão resumidos a seguir:

	Plano previdenciário	Plano assistencial	Total
			2007
Plano de benefícios - Planos I e II (BD) - Copel	68.630	247.966	316.596
Plano de benefícios - Plano III (CV)	5.394	-	5.394
	74.024	247.966	321.990
			2006
			339.345
			77.143
			262.202

Os valores reconhecidos no demonstrativo de resultado estão resumidos a seguir:

	2007	2006
Plano previdenciário - custo periódico pós-emprego	(59.697)	15.254
Plano previdenciário (CV)	9.705	17.668
Plano assistencial - pós-emprego	26.603	34.789
Contribuição assistencial	28.833	(16.212)
(-) Transferências p/ imobilizado em curso	(3.798)	(2.965)
	1.646	48.534

4) Avaliação atuarial de acordo com a Deliberação da CVM nº 371/2000

Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2007 e 2006, são conforme segue:

	Consolidado	
	Real	Nominal
Econômicas		
Inflação	-	5,05%
Taxa de desconto/retorno esperados	6,00%	11,35%
Crescimento salarial	2,00%	7,15%
Demográficas		
Tábua de mortalidade	AT - 83	
Tábua de mortalidade de inválidos	AT - 49	
Tábua de entrada em invalidez	Light	

Na avaliação atuarial do plano de benefícios definidos é utilizado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

A partir do exercício findo em 31.12.2006, a Copel Distribuição optou por deixar de diferir os ganhos e perdas atuariais futuros apurados no plano assistencial, passando a reconhecer os resultados imediatamente no resultado do exercício.

e) Material

	2007	2006
Combustíveis e peças para veículos	21.007	20.725
Material para o sistema elétrico	9.401	18.411
Material para cantina	3.622	2.844
Material de expediente	2.942	2.057
Material de informática	2.064	2.548
Material de construção civil	1.930	1.277

a junho de 2007, a Copel Distribuição participou dos Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, declarando déficit, adquirindo o total de 32,625 MWmed^(*). Para complementação dos contratos para 2008, a Copel Distribuição participou do leilão de ajuste ocorrido em setembro de 2007, adquirindo o montante de 23,5 MWmed^(*).

b) Transações correntes no âmbito da CCEE^(*)

Os saldos relativos às transações realizadas pela Companhia são os seguintes:

	2007	2006
Ativo circulante (NE nº 7)		
Até dezembro de 2006	-	3.437
De outubro a dezembro de 2007	4.743	-
Total	4.743	3.437

A movimentação dos valores de energia de curto prazo (CCEE) no exercício de 2007 é apresentada a seguir:

	Valores a liquidar	Liquidação	Apropriação	Valores a liquidar
Ativo circulante				
Até dezembro de 2006	3.437	(2.435)	(1.002)	-
De janeiro a março de 2007	-	-	-	-
De abril a junho de 2007	-	(10.595)	10.595	-
De julho a setembro de 2007	-	(10.225)	10.225	-
De outubro a dezembro de 2007	-	(358)	5.101	4.743
Total	3.437	(23.613)	24.919	4.743

Os efeitos no resultado de 2007 estão demonstrados a seguir:

	2007	2006
	MWh (*)	R\$
Compra (NE nº 30.a)	161.612	4.280
Venda (NE nº 28)	160.694	26.958

(*) Informações não auditadas.

34 Conciliação da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da provisão para o IRPJ e da CSLL, calculados pela alíquota fiscal, com os valores constantes da demonstração do resultado é a seguinte:

	2007	2006
Lucro antes do IRPJ e CSLL	820.609	381.623
IRPJ e CSLL (34%)	(279.007)	(129.752)
Efeitos fiscais sobre:		
Juros sobre o capital próprio	37.643	40.060
Ajustes de exercícios anteriores referentes aos planos previdenciário e assistencial	-	(7.071)
Incentivos fiscais	2.711	2.045
Despesas indedutíveis	-	(2.249)
Outros	(496)	23
Efeitos fiscais sobre:		
IRPJ e CSLL correntes	(246.293)	(97.723)
IRPJ e CSLL diferidos	7.144	779

35 Instrumentos Financeiros

a) Considerações gerais

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia está restrita a Disponibilidades, Consumidores e revendedores, Contas a Receber de entidades governamentais, Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná, Empréstimos e financiamentos e Debêntures.

b) Valor de Mercado dos Instrumentos Financeiros

Em 31.12.2007, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos valores contábeis, destacando-se:

	2007	2006
Numerário disponível	314.549	132.854
Contas a receber de entidades governamentais	293.884	218.805
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	1.250.362	1.194.103
Empréstimos e financiamentos	127.324	113.459

c) Fatores de Risco

1) Risco de crédito

O risco de crédito da concessionária surge da possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento de faturas da venda de energia elétrica. Este risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos à Companhia. Para reduzir esse tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de energia e implementando políticas específicas de cobrança. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização destes.

2) Risco de Moeda Estrangeira

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos captados no mercado em moeda estrangeira.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para fazer swap contra este risco, mantendo, porém, trabalho de monitoramento das taxas cambiais, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger dos riscos.

3) Risco de Taxa de Juros

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

4) Risco de Vencimento Antecipado

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (covenants financeiros), os quais são calculados e analisados periodicamente visando à manutenção dos parâmetros estipulados nos contratos.

5) Risco quanto à escassez de energia

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hidroelétricas de geração, que dependem do volume de água em seus reservatórios. Um período prolongado de escassez de chuvas pode reduzir o volume de água em estoque nestes reservatórios, podendo impactar em perdas devido à redução de receitas quando da eventual adoção de racionamento energético. Por outro lado o risco é calculado mensalmente pelo Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS que, segundo as informações do Plano Mensal de Operação divulgado mensalmente no site www.ons.org.br, não prevê programa de racionamento para os próximos 2 anos.

6) Risco de não renovação das concessões

A Companhia detém concessões para exploração dos serviços distribuição de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam prorrogadas pelo Ministério das Minas e Energia com subsídios da Aneel. Caso a prorrogação das concessões não seja deferida pelo poder concedente ou mesmo ocorra imposição de custos adicionais para a Companhia (concessão onerosa), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

36 Transações com Partes Relacionadas

A Copel Distribuição efetuou transações com partes relacionadas não consolidadas, incluindo a venda de energia elétrica para consumo, cujas tarifas aplicadas são aquelas aprovadas pela Aneel, não sendo os valores faturados considerados relevantes para fins de divulgação.

Os principais saldos das transações com partes relacionadas no balanço patrimonial são:

Parte Relacionada	Natureza da operação	2007	2006
Ativo circulante			
Copel Geração e Transmissão	Venda de energia elétrica	459	466
Copel Geração e Transmissão	Receita com uso da rede de distribuição	452	452
Copel Geração e Transmissão	Reembolso PIS/Pasep e Cofins	-	7.615
Copel Transmissão	Venda de energia elétrica	-	90
Copel Telecomunicações	Venda de energia elétrica	16	15
Copel Telecomunicações	Aluguel de equipamentos e estruturas	84	65
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão	Receita com uso da rede de distribuição	961	972
Governo do Estado do Paraná	CRC (NE nº 9)	40.509	35.205
Governo do Estado do Paraná	Programa Luz Fraterna (NE nº 7)	9.785	57.579
Governo do Estado do Paraná	Cessão de empregados	210	269
Ativo não circulante			
Governo do Estado do Paraná	CRC (NE nº 9)	1.209.853	1.158.898
Passivo circulante			
Centrais Eólicas do Paraná Ltda.	Compra de energia elétrica	4.302	4.138
Eletrobrás	Financiamentos (NE nº 19)	8.028	7.412
Copel Geração e Transmissão	Compra de energia elétrica (NE nº 21)	8.382	7.007
Copel Geração e Transmissão	Encargos de uso da rede	7.174	29.447
Copel Telecomunicações	Serviços de telecomunicações	1.894	1.894
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão	Compra de energia elétrica (NE nº 21)	12.940	12.353
Eletrobrás (Itaipu)	Compra de energia elétrica (NE nº 21)	74.090	71.874
Cia Paranaense de Energia - Copel	Repasse de Empréstimos (NE nº 19)	7.602	7.264
Cia Paranaense de Energia - Copel	Repasse de Debêntures	-	637.330
Cia Paranaense de Energia - Copel	Juros sobre capital próprio	117.421	52.913
Cia Paranaense de Energia - Copel	Dividendos	60.879	-
Copel Geração e Transmissão	Parcela ajustes encargos da rede (NE nº 25)	11.909	-
Passivo não circulante			
Cia Paranaense de Energia - Copel	Repasse de Empréstimos (NE nº 19)	70.432	73.422
Eletrobrás	Financiamentos (NE nº 19)	40.271	24.315
Cia Paranaense de Energia - Copel	Mútuo	683.052	-
Copel Geração e Transmissão	Parcela ajustes encargos da rede (NE nº 25)	5.992	-

Os principais saldos das transações com partes relacionadas na demonstração de resultado são:

Parte Relacionada	Natureza da operação	2007	2006
Receita operacional			
Copel Geração e Transmissão	Venda de Energia	3.001	3.090
Copel Geração e Transmissão	Receita uso da rede elétrica	5.992	7.478
Copel Geração e Transmissão	Ativo Regulatório	-	15.230
Copel Transmissão	Venda de Energia	937	633
Copel Telecomunicações	Venda de Energia	177	186
Copel Telecomunicações	Aluguel de equipamentos e estruturas	1.009	974
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão	Receita uso da rede elétrica	8.735	5.953
Copel Geração e Transmissão	Parcela ajustes encargos da rede (NE nº 28)	(904)	-
Energia elétrica comprada p/ revenda			
Centrais Eólicas do Paraná Ltda.	Compra de energia elétrica	505	960
Eletrobrás (Itaipu)	Compra de energia elétrica (NE nº 30.a)	394.865	342.030
Copel Geração e Transmissão	Compra de energia elétrica (NE nº 30.a)	74.229	63.952
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão	Compra de energia elétrica (NE nº 30.a)	150.085	108.831
Encargos de uso da rede			
Copel Geração e Transmissão	Encargos de uso rede básica e conexão (NE nº 30.b)	5.663	-
Copel Transmissão	Encargos de uso rede básica e conexão (NE nº 30.b)	260.111	262.814
Serviços de Terceiros			
Copel Telecomunicações	Serviços de telecomunicações (NE nº 30.f)	22.728	24.352
Recuperação de despesas			
Governo do Estado do Paraná	Cessão de empregados	145	130
Receitas financeiras			
Governo do Estado do Paraná	Receita s/ CRC (NE nº 31)	167.526	119.036
Centrais Eólicas do Paraná Ltda.	Multa s/ contrato de compra de energia	999	528
Foz do Chopim Energética Ltda.	Multa s/ contrato de compra de energia	-	1.568
Despesas financeiras			
Cia Paranaense de Energia - Copel	Encargos de Dívidas - Mútuo	62.809	-
Eletrobrás	Despesas s/ financiamentos	2.303	2.027

37 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir. As informações relativas a seguros não foram auditadas pelos auditores independentes.

Apólice	Término da Vigência	Importância segurada
Riscos nomeados (a)	24/8/2008	504.998
Incêndio - imóveis próprios e locados (b)	24/8/2008	200.988
Responsabilidade civil (c)	24/8/2008	5.780
Engenharia (d)	24/8/2008	apólice por averbação
Transporte nacional e internacional - exportação e importação (e)	24/8/2008	apólice por averbação
Riscos diversos (f)	24/8/2008	45

a) Riscos nomeados

Apólice contratada destaca as subestações, nomeando os principais equipamentos, com os respectivos valores segurados. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

b) Incêndio

Imóveis próprios e locados – cobertura para os imóveis e parte dos seus conteúdos. Garante o pagamento de indenização ao segurado ou proprietário do imóvel, pelos prejuízos em consequência dos riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza mais a cobertura adicional de vendaval.

c) Responsabilidade civil

Apólice contratada pela Controladora com importância segurada única, extensiva a todas as Subsidiárias Integrais. Garante a cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia.

d) Riscos de engenharia

Cobertura dos riscos de instalação, montagem, desmontagem e testes em equipamentos novos, principalmente em subestações. Contratada apólice na modalidade por averbação, conforme a ocorrência e necessidade para cobertura dos riscos na execução de serviços de engenharia.

e) Seguro de transporte

Garante cobertura contra as perdas e danos causados às mercadorias durante o transporte, por qualquer meio adequado, em operações no mercado interno ou externo, nas modalidades de transporte nacional e internacional de importação e exportação. Contratada apólice na modalidade por averbação, sendo basicamente utilizado para o seguro de transporte de equipamentos elétricos e eletrônicos.

f) Riscos diversos

Garante cobertura para as perdas e danos materiais, causados aos bens descritos na apólice, por quaisquer acidentes decorrentes de causa externa, incluindo os riscos de transladação. Nesta modalidade de seguro são incluídos os equipamentos elétricos móveis e/ou estacionários, bem como os equipamentos de informática e eletrônicos, quando em operação nas unidades das empresas ou quando arrendados ou cedidos a terceiros.

38 Demonstração do Resultado Segregado por Atividade

Em atendimento ao Ofício Circular nº 2.409/2007 SFF/Aneel, o resultado da Copel Distribuição está sendo apresentado por atividade.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Distribuição	Comercialização	Total
RECEITA OPERACIONAL			
Fornecimento de energia elétrica	-	2.582.762	2.582.762
Suprimento de energia elétrica	-	76.221	76.221
Disponibilização da rede elétrica	3.207.601	-	3.207.601
Outras receitas operacionais	56.023	6.968	62.991
	3.263.624	2.665.951	5.929.575
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(1.169.282)	(1.010.011)	(2.179.293)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.094.342	1.655.940	3.750.282
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	-	(1.567.291)	(1.567.291)
Encargos de uso da rede elétrica	-	(601.228)	(601.228)
	-	(2.168.519)	(2.168.519)
Custo de operação			
Pessoal	(249.314)	(64.042)	(313.356)
Planos previdenciário e assistencial	36	1.822	1.858
Material	(34.644)	(2.138)	(36.782)
Serviços de terceiros	(70.324)	(33.006)	(103.330)
Depreciação e amortização	(152.936)	(1.560)	(154.496)
Recuperação de despesas	2.340	15.256	17.596
Outros custos de operação	(5.698)	(6.490)	(12.188)
	(510.540)	(90.158)	(600.698)
Custo do serviço prestado a terceiros			
Pessoal	(9)	-	(9)
Material	(832)	-	(832)
Serviços de terceiros	(425)	-	(425)
Recuperação de despesas	3.138	-	3.138
	1.872		1.872
	(508.668)	(2.258.677)	(2.767.345)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	1.585.674	(602.737)	982.937
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com vendas	(6)	(9.715)	(9.721)
Despesas gerais e administrativas	(63.269)	(142.334)	(205.603)
Outras despesas operacionais	(11.218)	(41.827)	(53.045)
	(74.493)	(193.876)	(268.369)
RESULTADO DO SERVIÇO	1.511.181	(796.613)	714.568
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	39.444	216.946	256.390
Despesas financeiras	(95.556)	(43.324)	(138.880)
	(56.112)	173.622	117.510
LUCRO OPERACIONAL	1.455.069	(622.991)	832.078
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(11.376)	(93)	(11.469)
LUCRO ANTES IMPOSTO DE RENDA E CONT.SOCIAL	1.443.693	(623.084)	820.609
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social	(246.293)	-	(246.293)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.144	-	7.144
	(239.149)	-	(239.149)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.204.544	(623.084)	581.460

39 Alteração da Legislação Societária Brasileira

Em 28.12.2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º.01.2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Algumas alterações devem ser aplicadas a partir do início do próximo exercício, enquanto outras dependem de regulamentação por parte dos órgãos reguladores.

As principais modificações que poderão afetar a Companhia podem ser resumidas como segue:

- Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa.
- Criação de um novo subgrupo de contas, denominado ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, para permitir o registro de determinadas avaliações de ativos a preços de mercado, principalmente instrumentos financeiros; o registro de variação cambial sobre investimentos societários no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial (até 31 de dezembro de 2007 essa variação cambial era registrada no resultado do exercício); e os ajustes dos ativos e passivos a valor de mercado, em razão de fusão e incorporação ocorrida entre partes não relacionadas que estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle.
- Revogação da possibilidade de registrar doações e subvenções para investimento (incluindo incentivos fiscais) diretamente como reservas de capital em conta de patrimônio líquido. Isso significa que as doações e as subvenções para investimento passarão a ser registradas no resultado do exercício. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante das doações e subvenções poderá ser destinado, após transferir pelo resultado, para reserva de incentivos fiscais.
- Requerimento de que os ativos e passivos da Companhia a ser incorporada, decorrentes de transações que envolvam incorporação, fusão ou cisão entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle, sejam contabilizados pelo seu valor de mercado.

Em razão de essas alterações terem sido recentemente promulgadas e algumas ainda dependerem

continuação>>	2007	2006
Aumento (redução) dos passivos		
Empréstimos e financiamentos - juros incorridos e pagos	(7.849)	(7.594)
Debêntures - juros incorridos e pagos	(70.385)	(79.720)
Fornecedores	(13.692)	(319.099)
Impostos e contribuições sociais	(12.910)	(13.354)
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	17.226	15.349
Benefícios pós-emprego	(63.822)	(73.160)
Conta de compensação da "parcela A"	(49.076)	177
Outros passivos regulatórios	21.765	-
Encargos do consumidor a recolher	(19.014)	24.280
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	16.705	26.015
Outras contas a pagar	(12.533)	(6.017)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	473.590	281.724

	2007	2006
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	-	(173.944)
Adições no imobilizado	(379.186)	(282.158)
Adições no intangível	(929)	(2.316)
Participação financeira do consumidor	47.919	43.484
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento	(332.196)	(414.934)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos obtidos junto a partes relacionadas	622.082	-
Empréstimos e financiamentos obtidos	16.992	16.937
Empréstimos e financiamentos - amortização de principal	(12.046)	(18.235)
Debêntures - amortização de principal	(584.418)	-
Integralização de capital social	43.880	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(46.189)	(64.910)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento	40.301	(66.208)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes a caixa	181.695	(199.418)
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	132.854	332.272
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	314.549	132.854
Varição no caixa e equivalentes a caixa	181.695	(199.418)

ANEXO II - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	2007	2006
Receitas			
Venda de energia, serviços e outras receitas	28	5.929.575	5.655.322
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	30-g	(6.019)	(46.461)
Resultado não operacional	32	(11.469)	(6.201)
Total		5.912.087	5.602.660
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Energia elétrica comprada para revenda	30-a	1.567.291	1.545.607
Encargos de uso da rede elétrica - (ESS)	30-b	582.096	620.871
Material, insumos e serviços de terceiros	30-ef	233.378	226.698
Encargos de capacidade emergencial e Proinfa		92	1.011
Outros insumos		17.923	60.084
Total		2.400.780	2.454.271
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		3.511.307	3.148.389
(-) Depreciação e amortização		171.380	157.853
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		3.339.927	2.990.536
(+) Valor Adicionado Transferido			
Receitas financeiras e desp. financeiras negativas		274.033	299.514
Total		274.033	299.514
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		3.613.960	3.290.050

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

	NE	2007	%	2006	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO :					
Pessoal					
Remunerações e honorários	30-c	284.748		273.994	
Planos previdenciário e assistencial	30-d	1.646		48.534	
Auxílio alimentação e educação	30-c	32.397		30.516	
Encargos sociais - FGTS		20.040		21.038	
Indenizações trabalhistas	30-c	4.761		4.378	
Participação nos lucros e/ou resultados	30-c	37.126		31.904	
Transferências para imobilizado em curso	30-c	(33.425)		(23.240)	
Total		347.293	9,6	387.124	11,8
Governo					
Federal		1.125.589		1.064.772	
Estadual		1.431.392		1.359.417	
Municipal		994		746	
Total		2.557.975	70,8	2.424.935	73,6
Financiadores					
Juros e multas		120.229		183.158	
Arrendamentos e aluguéis	30-i	7.003		10.154	
Total		127.232	3,5	193.312	5,9
Acionistas					
Remuneração do capital próprio	27	110.716		117.823	
Dividendos propostos		60.879		-	
Lucros retidos na empresa		409.865		166.856	
Total		581.460	16,1	284.679	8,7
Total		3.613.960	100,0	3.290.050	100,0
Valor adicionado (médio) por empregado		588		578	
Taxa de contribuição do patrimônio líquido - %		135,7		194,8	
Taxa de geração de riqueza - %		69,9		82,0	
Taxa de retenção de riqueza - %		11,3		5,1	

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, BALANÇO PATRIMONIAL, DEMAIS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO.

O Conselho Fiscal da Copel Distribuição S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, além de ter acompanhado – através de análises de balancetes – a gestão econômico-financeira da referida Empresa, examinou as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2007, encerrado em 31 de dezembro, abrangendo o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, tendo apreciado, também, o Relatório da Administração e a proposta da Diretoria para a destinação do resultado, e considerando todos os pontos contidos no Parecer da Deloitte Touche Tohmatsu – Auditores Independentes, bem como as informações e esclarecimentos por eles prestados, é de parecer que as mencionadas demonstrações refletem, com propriedade, a situação patrimonial e financeira da Companhia e os correspondentes resultados de suas operações, estando, assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e à conseqüente deliberação da Acionista Controladora.

Curitiba, 13 de março de 2008.

ANTONIO RYCHETA ARTEN
Presidente

HERON ARZUA

NELSON PESSUTI

CONSELHO FISCAL

ANTONIO RYCHETA ARTEN
Presidente

NELSON PESSUTI

HERON ARZUA

DIRETORIA

RUBENS GHILARDI
Diretor Presidente

LUIZ ANTONIO ROSSAFA
Diretor de Gestão Corporativa

PAULO ROBERTO TROMPCZYNSKI
Diretor de Finanças e de Relações
com Investidores

RONALD THADEU RAVEDUTTI
Diretor de Distribuição

ZUUDI SAKAKIHARA
Diretor Jurídico

ELZIO BATISTA MACHADO
Diretor Adjunto

CONTADOR

EDSON GILMAR DAL PIAZ BARBOSA
Contador - CRC-PR-023798/O-0

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Copel Distribuição S.A. foi extinto através de sua 5ª Assembléia Geral Extraordinária, ratificada pela 119ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia - Copel.



COPEL